

REVISTA DE GESTÃO



2023/2025

EXPEDIENTE

Biênio 2023/2025

DESEMBARGADORES / DESEMBARGADORAS

PRESIDENTE

Nise Pedroso Lins de Sousa

VICE-PRESIDENTE

Sergio Torres Teixeira

CORREGEDOR

Fábio André de Farias

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Gisane Barbosa de Araújo
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Dione Nunes Furtado da Silva
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Alcantara
José Luciano Alexo da Silva
Eduardo Pugliesi
Ana Cláudia Petruccelli de Lima
Solange Moura de Andrade
Milton Gouveia da Silva Filho
Virgínio Henriques de Sá e Benevides
Carmen Lucia Vieira do Nascimento
Fernando Cabral de Andrade Filho
Edmilson Alves da Silva



SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Antiógenes Carneiro Pereira Filho

DIRETOR-GERAL

Wlademir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DO PLENO

Karina de Possídio



COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

EDIÇÃO

Coordenadoria de Comunicação
Social do TRT-6 (CCS)
Maria Eduarda Vaz

REDATORES

Maria Eduarda Vaz - Eugenio Jerônimo
Fábio Nunes - Helen Falcão
Gutemberg Soares - Leonardo Machado

ADMINISTRATIVO

Cybelle Lustosa

REVISÃO

Eugenio Jerônimo - Maria Eduarda Vaz

FOTOGRAFIA

Roberta Mariz
Durval Soares (páginas 9 e 57)

DESIGNERS

Simone Freire - Dino Júnior

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Dino Júnior

ESTAGIÁRIOS

Iasminne Oliveira - Denilson Pereira

JOVEM APRENDIZ

Jéssica Marques

IMPRESSÃO

GRÁFICA CAMINHA

Tiragem 200 unidades



REVISTA DE GESTÃO



2023 / 2025



SUMÁRIO



- 07** Entrevista com a presidente
- 10** TRT-6 conclui aquisição de prédio para o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo
- 12** Prêmios comprovam bom desempenho do TRT-6 ao longo do biênio 2023/2025
- 14** Vice-Presidência promove iniciativas de inovação e eficiência
- 17** Primeira instância julga 156 mil processos e segunda, 76 mil
- 18** Corregedoria destaca competência das pessoas e adoção de novas tecnologias
- 22** Correições Nacionais comprovam bom desempenho do TRT-6 em 2023 e 2024
- 25** Inovações no TRT-6: gestão 2023/2025 amplia uso de tecnologia e a inclusão digital
- 27** Instituição é exemplo de equidade de gênero
- 28** Trabalho seguro, estímulo à aprendizagem e erradicação do trabalho infantil
- 31** Atuação social do TRT-6 muda realidades
- 33** Inclusão Digital amplia acesso à Justiça do Trabalho em Pernambuco



- 
- 35** Rede de Cooperação agiliza atuação do TRT-6
- 38** Gestão estratégica permite o alcance de metas e prêmios pelo TRT-6
- 42** Contribuindo para o desenvolvimento e valorização do quadro funcional
- 45** TRT6 Saúde avança na promoção de bem-estar e atenção primária à saúde
- 46** Integridade humana e patrimonial preservadas com excelência no TRT-6
- 48** TRT-6 e instituições parceiras articulados no combate ao tráfico de pessoas
- 50** Regional pernambucano se mantém atuante no combate ao trabalho infantil
- 51** Memorial da Justiça do Trabalho: guardião do patrimônio e elo entre o passado e o futuro
- 52** Mestrado profissional, número de eventos e integração entre arte e ensino marcam biênio da Ejud-6
- 55** Concurso de servidores foi prioridade para a gestão
- 56** Destaque nas redes sociais e na mídia, TRT-6 se aproxima da sociedade
- 58** TRT-6 dá passo importante rumo à autossuficiência em geração de energia



TRT-6, COMPROMISSO COM A ÉTICA E INTEGRIDADE



Em caso de corrupção, fraude ou outro desvio ético dentro da instituição, denuncie à Ouvidoria, pelo telefone 0800-000-1133, e-mail ouvidoria@trt6.jus.br, WhatsApp (81) 9.9196-4815 ou pelo formulário disponível em www.trt6.jus.br/portal/institucional/formulario-para-registrar-manifestacao.

Saiba mais:

Política de Integridade



Formulário de denúncia



Entrevista com a presidente



Presidente Desembargadora Nise Pedrosa

Ao longo dos dois anos à frente da Presidência, a desembargadora Nise Pedrosa enfrentou desafios e mostrou uma gestão humana sem perder a firmeza. Ela falou sobre essa experiência à Revista de Gestão.

1. A falta de uma sede própria para as Varas da capital é um problema histórico. Por isso, desde o início da sua gestão, o foco foi a compra do prédio. Qual foi o sentimento com a conclusão desse processo?

A compra do prédio foi a minha prioridade, foi um compromisso firmado, inclusive, no meu discurso de posse. Fizemos um trabalho intenso para concluir todo o processo, saindo da área jurídica, minha atuação de origem, para me debruçar na área administrativa. E conseguimos vencer todas as barreiras em tempo recorde, de fevereiro a dezembro, graças ao esforço de toda a equipe envolvida. Não vou citar nomes, mas serei eternamente grata a todo o suporte que tivemos nesse período.

Muito do sucesso dessa compra veio da experiência que as unidades acumularam em tentativas anteriores, pois já sabíamos alguns passos que deveriam, ou não, ser tomados. Esse era um problema histórico e fico muito feliz por ter conseguido êxito. Foi uma grande vitória para toda a Justiça do Trabalho do nosso estado.

2. O biênio 2023/2025 foi marcado, desde o início, pelo desafio da falta do Fórum do Recife. Como a senhora avalia as decisões tomadas e os resultados alcançados na prestação jurisdicional?

Eu me preocupei muito com isso. A logística para abrigar as Varas do Trabalho do Recife no edifício-sede teve início ainda na gestão da desembargadora Maria Clara, que foi muito certa na solução dada. Quando eu assumi, dei continuidade, junto aos desembargadores Sergio Torres e Fábio Farias, às atividades, sempre colocando em primeiro lugar a população que precisa de nós, o bem-estar do nosso quadro funcional e os índices de produtividade.

Alguns desembargadores, inclusive eu, abriram mão de seus gabinetes para receber as VTs. Também desenvolvemos ações para amenizar o impacto da interdição para a Justiça do Trabalho pernambucana, como a implantação da sala dos diretores das Varas e a Central de Atendimento, para dar agilidade na resolução dos processos e estar junto do público, seja do jurisdicionado ou dos advogados.

3. E agora, qual a expectativa para os próximos anos, com a abertura do Fórum Trabalhista José Barbosa de Araújo?

O nosso projeto vai abrigar todo o público com muito conforto e o ótimo atendimento que a população merece. Inclusive, vamos ter bons espaços para a OAB, lanchonete, auditório, e salas muito bem equipadas para realizar as audiências. Os usuários e os ma-

“ Fizemos um trabalho intenso para concluir todo o processo [de compra do imóvel], saindo da minha zona de conforto, da área jurídica, para me debruçar na área administrativa. E conseguimos vencer todas as barreiras em tempo recorde, graças ao esforço de toda a equipe envolvida.”

Desembargadora
Nise Pedroso
presidente

gistrados e servidores terão um fórum à altura do TRT-6.

4. A paridade de gênero sempre foi um tema importante para a senhora. Hoje, temos um Regional com presença feminina ainda mais forte, com maioria de juízas e mais mulheres ocupando cargos em comissão e funções. Esse é um diferencial nosso?

Entre os segmentos do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho é, reconhecidamente, a que mais contempla a participação feminina. E nós não somos diferentes. Tivemos, em 1996, por exemplo, a primeira presidente a comandar o Regional. Entre 2005 e 2007, toda a mesa diretora foi feminina. Nos dias atuais, nós damos continuidade ao legado dessas mulheres.

Na minha gestão contratei as primeiras motoristas do nosso quadro e hoje temos seis mulheres no volante, sempre com muito profissionalismo. Em tantas outras áreas, temos a liderança feminina e isso só mostra que podemos e devemos ocupar os espaços.

5. A conciliação sempre foi um dos seus focos na JT. O TRT-6 tem se destacado cada vez mais nessa modalidade. Qual o nosso diferencial para alcançarmos índices tão positivos?

Eu tive a oportunidade de trabalhar diretamente com a conciliação, desde as antigas Juntas de Conciliação e na direção do Cejusc de 2º Grau. Posso dizer com segurança que é uma área de suma importância para o cumprimento da principal missão da Justiça do Trabalho, que é pacificar conflitos oriundos das relações trabalhistas.

O diferencial dessa modalidade é o contato com a parte, a conversa, e hoje, aqui no TRT-6, nós temos uma atuação muito bem treinada. Servidores e magistrados fazem capacitações específicas para a unidade - o que refina ainda mais a execução das atividades. É uma Justiça Trabalhista que tem a conciliação no seu DNA, com um quadro funcional muito engajado e motivado.

6. O diálogo com todas as categorias é uma das marcas deixadas pela sua gestão. Qual a importância dessa escuta para uma administração bem feita?

Nos dois anos à frente da Presidência eu participei ativamente do dia a dia do nosso Tribunal. Visitei setores, prestigiei momentos importantes de diversas categorias, recebi entidades e tudo isso só me fez entender ainda mais as nossas qualidades e enxergar onde poderíamos melhorar, seja dentro do Tribunal ou fora dele. Acredito que o diálogo olho no olho nos mostra muito. Uma liderança de gabinete não



faz o meu perfil, eu não me limito a ele. Prefiro estar presente, conhecer pessoas e ouvi-las.

7. Diversas unidades do Regional aprimoraram suas estratégias de gestão nos últimos dois anos, elevando importantes índices de monitoramento e conquistando prêmios. Como a Presidência avalia esse movimento?

Além desse refinamento das nossas iniciativas estratégicas, entendendo que a Justiça do Trabalho se abriu para o mundo nos últimos anos. A atuação dos comitês e subcomitês, por exemplo, tem nos feito olhar para problemas sociais e fazer a nossa parte para mudar a realidade. Isso está fazendo com que tenhamos uma atuação cada vez mais humana e o resultado disso, inevitavelmente, são índices otimizados e um Judiciário mais atuante.

8. No último ano de mandato, com o lançamento do Pacto do CNJ pela Linguagem Simples, muitas iniciativas foram toma-

das pelo Regional. Qual a importância desse movimento para o Judiciário e a sociedade?

Essa diretriz do ministro Barroso, que é um entusiasta da Linguagem Simples há muito tempo, chegou em um momento muito oportuno. Ele sempre passou esse recado para todos: é preciso colocar a atuação da Justiça em textos simplificados, o que não quer dizer que seja empobrecido, é bom frisar. Desde o lançamento do pacto, nos engajamos nessa mudança e colhemos bons frutos, inclusive o Selo Linguagem Simples do CNJ.

Vejo esse movimento com ótimos olhos, uma vez que precisamos, cada vez mais, estar próximos da sociedade e, com certeza, a melhor maneira de fazer isso é escrever de uma forma que todos entendam. Não adianta o cidadão ter direitos e não saber interpretá-los. Nossas decisões, sentenças e acórdãos precisam descrever as dores, as alegrias e as realidades do nosso povo, inclusive sob a

perspectiva de gênero e de raça. Esse é um caminho sem volta e faz com que prestemos um serviço ainda melhor.

9. Após 45 anos de dedicação a este Tribunal, sendo 37 como magistrada, qual o impacto da atuação à frente da Presidência para o seu futuro profissional?

Eu vou levar muitos ensinamentos dessa experiência, tão enriquecedora. Muitas influências positivas não só para a minha vivência profissional, mas também para a minha vida. Eu vivo e amo este Tribunal. Frequentava ainda criança, quando o meu pai, então servidor, vinha trabalhar. Tenho muito amor por tudo o que já passei e muita expectativa para os próximos desafios.

Atuar na administração tem muitos desafios, nos deparamos com muitos problemas, mas também nos faz abrir a mente para achar soluções e pensar de forma diferente, sempre tendo em mente vencer obstáculos e alcançar resultados. Chego na direção da Escola Judicial para dar o meu melhor, com ainda mais bagagem e enxergando o mundo de forma mais humana e plural.

10. Depois de conviver e trabalhar com tantos servidores/as e magistrados/as dedicados/as ao bem servir, qual a mensagem que fica para eles/as?

Deixo palavras de agradecimento. Encontrei servidores e juizes muito abnegados, empenhados em fazer dar certo e que me ajudaram a desenvolver projetos importantes. Só consigo falar da minha gratidão a todos e todas que estiveram comigo nesse período.

TRT-6 conclui aquisição de prédio para o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo

Durante a gestão da desembargadora Nise Pedroso Lins de Sousa e dos desembargadores Sergio Torres Teixeira e Fábio André de Farias, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região alcançou um objetivo que perseguia há alguns

anos: adquiriu um prédio próprio para abrigar as varas do trabalho da capital pernambucana.

As 24 VTs e as demais unidades do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo passarão a funcionar na Av. Rui Barbosa, nº 251, no bairro das Graças, assim que a reforma do prédio for concluída. O edifício é conhecido por ter abrigado a sede regional do Banco Itaú, possui 13.933,27m², 11 pavimentos e espaço para 132 vagas de estacionamento. Fica próximo da Praça do Derby e da Av. Agamenon Magalhães, possibilitando ao público uma farta opção de linhas de ônibus.

Em seu discurso de posse, em fevereiro de 2023, a presidente Nise Pedroso falou de seu compromisso para trazer uma solução definitiva para bem instalar o Fórum Trabalhista da Capital. E esta busca foi uma prioridade da gestão, que precisou transpor várias etapas até celebrar o contrato de aquisição. Confira os detalhes dessa trajetória:

A saída da Imbiribeira

Entre 2016 e 2022, o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo funcionou na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, no bairro da Imbiribeira. O espaço foi interdito após laudo técnico indicar comprometimento estru-

tural do prédio. A empresa que fez a avaliação havia sido contratada pelo TRT-6 para analisar a necessidade de reformas pontuais, mas o resultado alertou para a urgência da interdição. Assim, parte da estrutura do Fórum passou a funcionar provisoriamente na sede do TRT-6, no Bairro do Recife, em 2023.

A busca pelo lugar certo

Após a interdição do edifício da Imbiribeira, formou-se uma Comissão Especial do TRT-6 para analisar os procedimentos necessários à aquisição de um novo imóvel para as VTs da capital.

Foi elaborado um Edital de Chamamento Público para receber propostas de prédios que tivessem as características necessárias para acomodar a estrutura física e o volume de pessoas que transitam no fórum.

Foram recebidas oito propostas, mas apenas o prédio da Rui Barbosa se adequava às exigências. As outras sete apresentavam problemas, tais como: falta de documentação (escritura pública, alvará dos Bombeiros, habite-se etc.), espaço pequeno ou o fato de que o imóvel proposto teria que ser compartilhado com outra instituição.



Prédio fica localizado na Avenida Rui Barbosa, no bairro das Graças

A necessidade de orçamento

Encontrado o local, foi a hora de correr atrás de recursos para aquisição. Primeiro o projeto precisou ser aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho; depois passou pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; na sequência, pelo Plenário do Congresso Nacional; até que o projeto de lei que garantia o crédito suplementar para o TRT-6 foi sancionado pela Presidência da República, em dezembro de 2023.

Licitação para projeto arquitetônico

A Coordenadoria de Planejamento Físico do Tribunal avaliou a necessidade de adequação do novo prédio, considerando a quantidade de setores do fórum, a necessidade de estrutura acessível, a importância de instalações de informática e de segurança, a sinalização, a segurança contra incêndio e diversos outros pontos essenciais para o funcionamento. O estudo embasou o processo licitatório para contratação dos Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia. Em janeiro de 2025, o TRT-6 assinou contrato com a empresa de arquitetura e urbanismo que venceu a licitação.

Próximos passos

A empresa vencedora terá o prazo de seis meses para desenvolver os projetos e apresentá-los ao Tribunal. Depois, o TRT-6 realizará um novo processo licitatório para contratar a empresa responsável pela reforma. Concluída a obra, o prédio estará pronto para a inauguração.

UM SONHO DE MUITOS ANOS

1941

Inauguradas duas Juntas de Conciliação e Julgamento no Bairro do Recife

1989

Recife já contava com 14 Juntas de Conciliação e Julgamento na sede do TRT-6

1992

Criadas as chamadas “Juntas de Bairro” do Recife

2005

As VTs foram instaladas no edifício da Sudene. O número de Varas foi ampliado para 23

2015

Assinado o contrato de construção de novo edifício para o fórum na modalidade *built to suit*, porém, no mesmo ano, a construtora propôs a rescisão amigável. O Pleno do TRT-6 deu anuência, inclusive porque o período era de contingenciamento orçamentário

2016

Foi necessária a desocupação do edifício da Sudene. As varas do Recife passaram a funcionar provisoriamente no Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes e, depois, seguiram para o bairro da Imbiribeira

2019

Foi feito e submetido projeto de aquisição de imóvel para o Fórum Trabalhista do Recife. O projeto foi aprovado no CSJT e no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, mas o parecer da Controladoria-Geral da União foi pela inviabilidade da contratação

2022

Foram iniciados os novos procedimentos para aquisição do imóvel próprio para o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo. Isso porque o prédio do bairro da Imbiribeira foi interditado e as VTs do Recife passaram a funcionar, provisoriamente, na sede do TRT-6

2024

O contrato de aquisição de imóvel do bairro das Graças é assinado

Prêmios comprovam bom desempenho do TRT-6 ao longo do biênio 2023/2025



Prêmio CNJ de Qualidade

No ano de 2023, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região não só conquistou o Selo Ouro do Prêmio CNJ de Qualidade como alcançou a maior pontuação de sua história nessa premiação. O Regional atingiu o percentual de 88,7% da totalidade dos quesitos avaliados. O TRT-6, por exemplo, atingiu a pontuação máxima no que se refere a

julgar mais processos que a quantidade recebida e julgar processos mais antigos. Destacou-se ainda quanto à produtividade, transparência, atendimento ao cidadão (Ouvidoria) e tecnologia, eixo cumprido em 100%. Presidente do TRT-6 no biênio 2023/2025, a desembargadora Nise Pedroso destacou a importância do trabalho de integração entre as unidades do Tribunal para a conquista. “As unidades trabalharam

de maneira integrada, analisando todos os pontos para o aperfeiçoamento de procedimentos, normativos, análise estatística e viabilidade de acordos de cooperação”, avaliou.

Após o excelente desempenho em 2023, o Tribunal voltou a ser premiado com o Selo na categoria Ouro em 2024. Nesta edição, o Regional destacou-se por diminuir o tempo médio dos processos pendentes líquidos em quase 80 dias. Os planos de comunicação de projetos importantes, como combate ao assédio e a linguagem simples, também merecem ser sublinhados.

Números da conciliação reforçam o bom desempenho do Tribunal

Durante a Semana Nacional de Conciliação de 2023, que aconteceu de 22 a 26 de maio, o Regional pernambucano realizou acordos em processos trabalhistas que totalizaram R\$ 19 milhões, superando os R\$ 14 milhões de 2022, o que significa um aumento de 34,5% no montante, uma soma vultosa injetada na economia de Pernambuco. Ao longo dos cinco dias do mutirão, cerca de 12 mil pessoas foram atendidas, num total de 3.221 audiências presenciais, virtuais ou híbridas, das quais 1.115 (34,6%),

obtiveram sucesso. O percentual deu ao TRT-6 o segundo lugar, entre os tribunais de médio porte, considerando-se o índice de acordos efetivados.

Melhorando de forma ainda mais significativa os resultados, na Semana de Conciliação de 2024, realizada de 20 a 24 de maio, o TRT-6 promoveu acordos que somaram R\$ 27,2 milhões em verbas trabalhistas pagas. A soma representa incremento de 43% em relação ao ano anterior. Foram atendidas 16.345 pessoas e efetivadas 1.387 conciliações. Por esse desempenho, o Regional pernambucano obteve a terceira posição entre os oito tribunais de médio porte, com direito a prêmio do TST.

Linguagem simples e acesso à Justiça Trabalhista

Os avanços da qualidade dos serviços oferecidos pelo TRT-6 também chegam à comunicação com a sociedade. Atento à orientação do Conselho Nacional de Justiça para uso de linguagem simples, o Regional deu início desde 2024 a ações para implantar as medidas presentes na Recomendação CNJ 144/2023, que trata do assunto.

Com esse propósito, o TRT-6 escolheu o tema para realizar a abertura do ano letivo da Escola Judicial em 2024. O evento foi marcado pela palestra do ministro do TST Alexandre Luiz Ramos, com o título “A linguagem simples no Poder Judiciário como instrumento de acessibilidade e cidadania”. Na mesma ocasião, ocorreu o lançamento da cartilha Linguagem simples



Presidente do TRT-6, desembargadora Nise Pedrosa, recebe do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, o Selo Linguagem Simples

na Justiça, com autoria de Ana Elizabeth Japiá e Eugênio Jerônimo, servidora e servidor do TRT-6 e publicada pela Ejud-6.

Na Semana de Conciliação de 2024, realizada de 20 a 24 de maio, o TRT-6 promoveu acordos que somaram R\$ 27,2 milhões em verbas trabalhistas pagas.

Ao longo de 2024, outras ações para uso da linguagem simples se seguiram, a exemplo de cursos ministrados por Nivaldo Dóro (assessor do TST), palestras e oficinas realizadas por

Ana Elizabeth Japiá e Eugênio Jerônimo, que também participaram, com a juíza Wiviane Souza (coordenadora da Ejud-6), de roda de conversa com estudantes do curso de Direito UNIFG-PE. Outra iniciativa foi a criação do cordel *A Linguagem Simples na Justiça do Trabalho*. A publicação tem autoria de Eugênio Jerônimo e capa do famoso xilogravurista J. Borges, sendo um de seus últimos trabalhos.

O conjunto de ações rendeu ao TRT-6 o Selo Linguagem Simples 2024, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação foi recebida pela presidente do TRT-6, desembargadora Nise Pedrosa, das mãos do presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, em outubro.

Vice-Presidência promove iniciativas de inovação e eficiência



“Entusiasta da Inovação” - Juízes e servidores participam da segunda Oficina de Formação de Laboratoristas do TRT-6

Durante o biênio 2023/2025, a Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a liderança do desembargador Sergio Torres, implantou uma série de iniciativas inovadoras e de grande impacto na gestão e no processamento de recursos, com destaque para a utilização de tecnologias de inteligência artificial, automação de processos e a promoção de métodos consensuais de resolução de conflitos. Entre os projetos realizados, a modernização do sistema de processamento de recursos trabalhistas e o incentivo à conciliação têm gerado resultados expressivos, tanto em eficiência quanto na redução da litigiosidade.

Automação com o Robô AI-R2

Uma das principais inovações foi a criação, em outubro de 2023, do

Robô AI-R2, uma ferramenta que automatiza o processamento de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista. Esta tecnologia tem permitido uma economia de tempo considerável, reduzindo em 12 dias úteis o tempo de tramitação desses processos. Com 411 dias de operação até dezembro de 2024, o AI-R2 já havia poupado 2.439 horas de trabalho humano, resultando em uma economia estimada de R\$ 316.733,86, além de contribuir para uma maior celeridade na Justiça.

Painel de Gerenciamento BI da Vice-Presidência

Outro avanço importante foi a criação do Painel de Gerenciamento BI, que oferece uma visão em tempo real da carga processual e do desempenho dos diversos setores da Vice-Pre-

sidência, incluindo a Divisão de Recursos. Essa ferramenta proporcionou uma gestão mais eficiente e transparente, facilitando a tomada de decisões e o acompanhamento do andamento dos processos.

Modernização do Sistema E-Rec

Com a atualização dos textos padrão utilizados no sistema E-Rec, a Vice-Presidência eliminou a inconsistência nos modelos de comunicação, reduzindo retrabalhos e aumentando a uniformidade dos processos. A implementação de novos autotextos também facilitou o trabalho dos servidores, que agora podem acessar os modelos diretamente no sistema, sem a necessidade de consultar arquivos externos.

Robô de Precedentes

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o TRT-6 implantou o “Robô de Precedentes”, que automatiza a análise e o cadastramento dos processos sobrestados no Sistema de Gestão de Precedentes. Essa iniciativa tem otimizado o controle e a uniformização da jurisprudência, contribuindo para maior eficiência e redução de erros.

Parcerias Estratégicas e Acordos de Cooperação

O Nugepnac também participou da assinatura de acordos de cooperação técnica com órgãos como a União Federal e outras entidades, com o objetivo de reduzir a litigiosidade, especialmente em questões envolvendo a responsabilidade subsidiária da União pelos encargos trabalhistas em contratos de terceirização.

Inovação na Coordenadoria de Precatórios

Com a reformulação de procedimentos e fluxogramas, a Coordenadoria de Precatórios, sob a liderança da Vice-Presidência, revisou e aprimorou os procedimentos relativos aos precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor), estabelecendo um novo fluxo de tramitação e um painel de gerenciamento para o acompanhamento em tempo real dos pagamentos, garantindo maior transparência e agilidade.

Métodos Consensuais

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) se destacou promovendo ações que incentivaram a conciliação e a resolução pacífica de conflitos. Entre as iniciati-



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, em visita ao TRT-6, conhece a Campanha Elas em Pauta



Equipe da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a liderança do desembargador Sergio Torres, investiu na resolução pacífica dos conflitos

vas mais relevantes, destacaram-se as edições da Campanha “Elas em Pauta” – mobilização dedicada a solucionar processos trabalhistas envolvendo mulheres.

Em 2024, a campanha foi reconhecida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e virou referência, sendo replicada em outros tribunais trabalhistas do país.

Semana Nacional da Conciliação

O TRT-6 alcançou o 3º lugar no *ranking* de maior conciliação entre tribunais de médio porte, durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, em 2023. Este resultado é fruto de uma série de ações de mobilização e conscientização, incluindo a criação de campanhas, visitas a



universidades e parcerias com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Projetos Inovadores

Em 2023 e 2024, o Nupemec implementou projetos como o “Café com Cejusc”, que promoveu encontros pedagógicos com a advocacia, e o “Chegando Junto com os Cejuscs”, que estreitou a relação entre os juízes dos centros de conciliação e o Nupemec, incentivando a troca de boas práticas e o aprimoramento contínuo. O “Café com Cejusc” promoveu seis edições durante o período compreendido entre agosto de 2023 e julho de 2024, sendo os locais de realização, além do Recife: Serra Talhada, Petrolina, São Lourenço da Mata, Paulista e Caruaru.

Promoção de Ideias Inovadoras (LIODS)

Sob a supervisão direta do desembargador Sergio Torres, o TRT-6 tem incentivado a inovação por meio de iniciativas como os eventos “Tem ideia? Se amostra!”, “Oficina de Ideação” e “Eita!”

– que promoveram a criação de soluções inovadoras dentro da instituição. A ideia de desenvolvimento do robô AI-R2, responsável pela automação do processamento de Agravos de Instrumento, surgiu nesse contexto.

Mapa do Absenteísmo e Diná

O Mapa do Absenteísmo e o projeto Diná são exemplos de como o TRT-6 está utilizando a inteligência artificial para otimizar a gestão dos processos trabalhistas. O Mapa busca analisar os dados para entender e atuar sobre o adoecimento no tribunal, enquanto a Diná prevê a probabilidade de interposição de recursos, otimizando a alocação de recursos no tribunal.

Mediação pré-processual

Em 2023, o Tribunal deu importantes passos no uso de métodos consensuais para a resolução de conflitos. Em abril e junho, foram realizadas as primeiras audiências de reclamações pré-processuais nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) de Goiana e Jaboatão

dos Guararapes, com destaque para a primeira homologação de acordo por mediação pré-processual no Cejusc de Jaboatão.

Além disso, em abril de 2023, o TRT-6, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Pernambuco, mediu um acordo que resultou no reajuste salarial de 4%, aumento no piso salarial, vale-alimentação e auxílio-funeral, encerrando uma greve importante na categoria.

Já em agosto daquele ano, o desembargador Sergio Torres liderou uma tentativa de conciliação envolvendo a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários de Pernambuco (Sindmetro-PE), buscando resolver conflitos trabalhistas no setor de transportes. Essas ações reafirmam o compromisso do TRT-6 com a promoção de soluções pacíficas para disputas trabalhistas.

Ganha a sociedade

As iniciativas implementadas pela Vice-Presidência do TRT-6 durante o biênio 2023/2025 refletem um compromisso com a inovação, eficiência e a busca por soluções pacíficas para os conflitos trabalhistas. A utilização de tecnologias avançadas, como inteligência artificial e automação de processos, aliada à promoção de métodos consensuais de resolução de disputas, tem tornado a Justiça do Trabalho mais ágil, acessível e justa para todos. Com a continuidade de projetos como o AI-R2, o Mapa do Absenteísmo e a Diná, o TRT-6 se consolida como um modelo de inovação e boas práticas no Judiciário brasileiro.



Projeto Café com Cejusc em edição realizada na sede da OAB-PE

Primeira instância julga 156 mil processos e segunda, 76 mil



De fevereiro de 2023 a dezembro de 2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região solucionou 156.379 processos na primeira instância, a quantidade representa 9% a mais que o volume de ações que foram ajuizadas no período (total de 143.601). No segundo grau, o número foi 76.085. Outro ponto de destaque é que foram realizadas 247.362 audiências nas 70 varas do trabalho de Pernambuco.

No mesmo período (fev. 2023 a dez. 2024), houve o pagamento de R\$ 2,4 bilhões aos/às reclamantes; R\$ 301 milhões foram

arrecadados para a Previdência Social e R\$ 32 milhões de Imposto de Renda. Esse montante soma os valores pagos espontaneamente (cumprimento de sentença) ou via acordo, bem como aqueles decorrentes de execução.

Uma das maneiras de promover a execução é através dos leilões judiciais. Entre 2023 e 2024 no TRT-6, aconteceram 244 leilões virtuais, gerando a arrematação de 357 lotes.

Esse resultado gerou o pagamento de R\$ 44 milhões. Foram colocados à venda bens como

imóveis e veículos - que são bastante comuns e também os mais desejados por quem deseja arrematar - e outros menos corriqueiros, como *pallets* em madeira, armações de óculos, fardos de bolacha e cadeiras cativas em estádios de futebol.

O que é trazido aqui como números representa diferença concreta na vida das pessoas e contribui para o progresso social, fortalecendo os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho.



Corregedoria destaca competência das pessoas e adoção de novas tecnologias



Equipe da Corregedoria do TRT-6 no biênio 2023/2025

Durante o biênio 2023/2025, a Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob o comando do desembargador-corregedor Fábio Farias, realizou correções nas varas do trabalho, Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de Pernambuco, Núcleo de Distribuição dos Feitos das Varas do Recife, Secretaria de Distribuição de Mandados Judiciais, Divisão de Hasta Pública e Divisão de Pesquisa Patrimonial.

Para o corregedor, os trabalhos tiveram bom desenvolvimento. Ele ressaltou a capacidade técnica e comprometimento de magistra-

das/magistrados e servidoras/servidores e falou que as visitas às unidades engrandeceram o diálogo das pessoas com a instituição. “Já no primeiro ano, nós conseguimos resultados imensos no que diz respeito à ampliação da produtividade e ao engajamento das equipes”, avaliou.

“Nós saímos de 288 dias na fase de conhecimento e, hoje, estamos com 170”, exemplificou o desembargador Fábio Farias. Já em relação ao tempo médio para liquidação, o TRT-6 saiu de 225 dias para 120; e para execução encurtou de 899 dias para 789. Com uma

gestão voltada para o diálogo e análise de dados, foi possível aplicar uma série de inovações e boas práticas para trazer mais celeridade e eficiência na resolução de processos. Confira algumas delas:

Secretaria Conjunta

Em setembro de 2023, o TRT-6 inaugurou a Secretaria Conjunta de Caruaru. E um dos resultados foi que o tempo médio do início da execução até a conclusão ficou 176 dias mais rápido nas VTs do município; já o intervalo entre o ajuizamento e a prolação da sentença encurtou em 31 dias.

Foram levados em consideração os dados de janeiro a julho de 2023 com o igual período em 2024.

No modelo tradicional, cada Vara do Trabalho possui a sua secretaria, que é responsável por atribuições diversas na tramitação processual e tem uma equipe própria.

Em Caruaru, as secretarias das três VTs foram unificadas, de modo que todos os processos trabalhistas de lá e das cidades sob a sua jurisdição passam por essa mesma unidade conjunta.

Os servidores e servidoras, ora divididos/as nas secretarias das três VTs, passaram a integrar a Secretaria Conjunta e foram distribuídos/as para atuar nas Divisões de Atendimento e Administração; Conhecimento; Liquidação e Pesquisa Patrimonial Básica (execução ordinária); e Pesquisa Patrimonial Avançada (execução frustrada).

Cada antigo/a diretor/a de secretaria, assumiu a chefia de uma nova Divisão.

Para a juíza titular da 3ª VT de Caruaru, Kátia Keitiane da Rocha Porter, a grande vantagem dessa sistemática é que os servidores e as servidoras podem se especializar em uma dessas áreas e tratar os processos das três unidades de modo mais eficaz.

Ela cita o exemplo da fase de execução. Se antes cada vara realizava individualmente uma pesquisa patrimonial em relação a uma empresa devedora, agora a tarefa é feita só uma vez e já se sabe se foi efetiva, ou não.

Central de Audiências Iniciais

Em março de 2024, foi criada a Central de Audiências Iniciais do Recife, com o intuito de aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

Em 100 dias de funcionamento, a nova unidade realizou 6.617 audiências em ações ajuizadas nas VTs do Recife.

Cabe destacar que as juízas e juizes podem optar por remeter ou não seus processos para a Central, mas, na prática, notou-se grande adesão. Importante salientar também que, quando as partes demonstram interesse em conciliar, a audiência inicial acontece na própria VT ou no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do Recife (Cejusc).

Núcleos de Justiça 4.0

Em junho de 2023, o TRT-6 criou três unidades de apoio ao primeiro grau: os Núcleos de Justiça 4.0. Eles possuem competência para atuar em processos de todas as Varas do Trabalho de Pernambuco que tramitam pelo Juízo 100% Digital, desde que



Equipe da Corregedoria visita projeto Secretaria Conjunta em Caruaru

haja indicação da Corregedoria Regional. O objetivo da iniciativa é trazer mais celeridade e eficiência na tramitação processual. Conheça cada um deles:

O Primeiro Núcleo de Justiça 4.0 é direcionado para a elaboração de sentenças e decisões. Entre junho de 2023 e dezembro de 2024, concluiu a prolação de 1.258 minutas de conhecimento e 177 minutas de embargos de declaração.

O Segundo Núcleo de Justiça 4.0 foi criado para a realização de audiências de instrução, buscando adiantar pautas ora marcadas para meses à frente. Desde o início de seu funcionamento, em outubro de 2023 até o final de 2024, realizou 11.500 audiências.

A partir da instalação da Central de Audiências Iniciais, a força de trabalho do Segundo Núcleo de Justiça 4.0 passou a se dedicar à realização das audiências iniciais das Varas do Trabalho do Recife a fim de atender à recomendação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho no sentido de diminuir o tempo médio de duração dos processos na capital.

O Terceiro Núcleo é para o apoio ao cálculo e concluiu 1.519 liquidações/cálculos entre setembro de 2023 e dezembro de 2024.

Tecnologia

O desembargador Fábio Farias coordena o Comitê Gestor Regional do PJe do TRT-6, unidade que abarca conhecimentos sobre tecnologia da informação e estatística. O magistrado conta que buscou juntar o que aprendeu sobre esses temas com as atividades da Corregedoria.

Um dos pontos foi selecionar e dar visibilidade a algumas informações disponíveis no PJe, por exemplo, processos que estão com alvarás para expedir, ou com necessidade de marcação de audiência ou ações paradas há mais de 60 dias para cumprimento de diligência. A Corregedoria então passou a monitorar diariamente esses pontos através de painéis e a conversar com os diretores e as diretoras de secretarias quando os dados fugiam do padrão.

Em 2024, a Corregedoria instituiu o Programa de Acompanhamento e Aperfeiçoamento das Unidades Jurisdicionais (Ato TRT6-CRT nº 3/2024) e desenvolveu um painel que compila os processos que ultrapassam prazos de tarefas relevantes do PJe, o que facilita a identificação de pendências e gestão da força de trabalho pelas varas. O painel é operacionalizado via ferramenta Power BI.

Também se investiu na automação para alguns procedimentos, como a marcação de férias de juízes e a formulação de atas de correição. Nesse quesito, o desembargador salientou que o Tribunal possui variadas tecnologias - robôs e outras ferramentas - que auxiliam no trabalho nas varas e é fundamental que as pessoas conheçam e aprendam a adotar no dia a dia. Saiba mais sobre tecnologia na página 25.



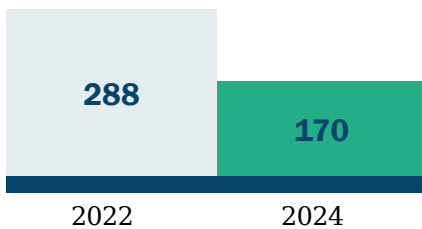
Painel que compila os processos que ultrapassam prazos de tarefas relevantes do PJe

Execução

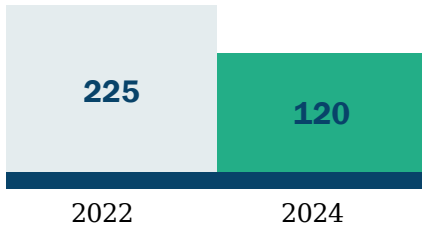
Quanto à fase de execução dos processos, observou-se no biênio a redução da taxa de congestionamento de 62,5%, em 2022, para 61,3% em dezembro de 2024. Também se verificou a redução do prazo médio “do início ao encerramento da execução”, que era de 899 dias em 2022 e reduziu para 789 dias.

Prazo Médio - Em dias

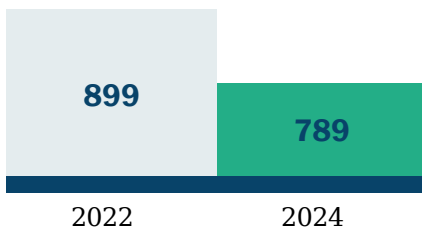
Conhecimento



Liquidação



Execução



Os resultados obtidos foram possíveis a partir da implementação de boas práticas. Por exemplo, a realização de pesquisas patrimoniais básicas nos sistemas SIS-BAJUD, CNIB, RENAJUD, entre outros, pelos oficiais e oficiais de Justiça, conforme ficou regula-

mentado pelo Ato Conjunto TRT6-GP-CRT n.º 21/2023.

Também houve avanços no Projeto Efetiva, que é de iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) e busca, principalmente, solucionar processos antigos em todo o Brasil. No TRT-6, os trabalhos representaram, por exemplo, o encerramento de 19 ações que haviam sido ajuizadas até 1990.

Outro ponto que trouxe mais transparência e automatização para processos em fase de execução foi editar a Resolução Administrativa TRT6 nº 04/2024, que trata do Procedimento de Reunião de Execuções, estabelecendo que o processamento deste tipo de pedido fosse feito pelo PJe.

Inspeção Anual

A Corregedoria editou o Ato TRT6-CRT nº 13/2023 com uma nova abordagem para a realização da inspeção da regularidade dos serviços internos. Além disso, criou um painel em Power BI para auxiliar nos trabalhos, facilitando a correção de dados e a otimização do tempo de tramitação dos processos.

Garimpo

O Projeto Garimpo foi instituído em 2019 pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela CGJT, com atuação em todos os 24 TRTs, com o objetivo de identificar valores esquecidos em contas judiciais e recursais e fazer os pagamentos devidos.

Em relação a esse projeto e considerando o intervalo de fevereiro de 2023 e dezembro de 2024, es-

ses foram os dados do TRT-6: Movimentação de 208.566 contas judiciais; 120.618 processos afetados e R\$ 4 milhões convertidos em renda à União Federal

Campanhas

A Corregedoria encabeçou importantes campanhas ao longo do biênio 2023/2025:

Próspero Alvará teve duas edições - uma no final de 2023 e outra no de 2024 - e promoveu a liberação de R\$ 271 milhões além do recolhimento de R\$ 7 milhões para a Previdência Social e R\$ 26 milhões em valores fiscais e custas.

A ideia surgiu a partir de conversas entre a Administração do TRT-6, a Ordem dos Advogados do Brasil-PE e a Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP).

Também com duas edições, a campanha **Terceira Idade: nossa prioridade** focou em priorizar o julgamento de processos que envolviam idosos e idosas.

O projeto **Jurisdição em Ação** foi criado com o objetivo principal de reduzir o tempo médio de realização de audiências. Ele começou em 2023, nas duas VTs de Paulista e se expandiu no ano seguinte para outras unidades.

As diversas iniciativas do biênio trouxeram mais celeridade ao andamento dos processos trabalhistas em Pernambuco, refletindo em benefícios concretos para a sociedade. Também estabeleceram novas formas de fortalecer a comunicação com quem está na primeira instância, identificar boas práticas e expandi-las.

Correições Nacionais comprovam bom desempenho do TRT-6 em 2023 e 2024



Corregedora nacional, ministra Dora Maria da Costa, visita Cejuscs no Cais do Apolo

Nos dois anos de gestão à frente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, a desembargadora Nise Pedroso Lins de Sousa e os desembargadores Sergio Torres Teixeira e Fábio André de Farias imprimiram suas marcas, comandando e patrocinando ações que priorizaram o diálogo, a inclusão, a sustentabilidade, a inovação, o fortalecimento das relações institucionais, os avanços nas áreas jurídico-administrativa, o estímulo às igualdades e a melhoria das condições de trabalho para o quadro funcional do TRT-6. O esforço foi validado e reconhecido durante as duas correições nacionais realizadas no biênio 2023/2025.

Na primeira, realizada na semana compreendida entre os dias 27 de

novembro e 1º de dezembro de 2023, a corregedora-geral da Justiça do Trabalho, ministra Dora Maria da Costa, constatou que o Regional pernambucano sobressai nacionalmente na prestação jurisdicional. No final da correição de 2023, os pontos merecedores de elogios foram o prazo de tramitação dos processos nas varas trabalhistas, a implantação da política de integridade de 1º e 2º graus, as atividades da Escola Judicial, a política de segurança institucional, a atuação da Corregedoria e a produtividade do 1º grau.

Nesse último quesito, o Tribunal apresentou resultados que superaram os 100%, o que lhe garantiu a segunda colocação no *ranking* dos tribunais de médio porte e a quarta posição no *ranking* nacional.

A ministra corregedora reforçou o bom desempenho das 70 varas do trabalho de Pernambuco. Trinta e uma dessas unidades estão entre as 25% que alcançaram números mais satisfatórios no país. A Vara de Carpina, inclusive, alcançou a oitava colocação nacional. Entre os tribunais de mesmo porte, o TRT-6 atingiu o menor prazo médio do início ao encerramento da execução e o terceiro menor prazo médio, considerando-se o período que vai do ajuizamento da ação à extinção da execução.

Outro destaque do 1º grau foi o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos), com os seguintes resultados: 100% em 2021, 106% em 2022 e 103% até setembro de 2023. Também a evolução do desempenho da primeira e da segunda instância no que diz respeito à Meta 2 (julgar processos mais antigos), resultando no cumprimento com 96,2% no 1º grau, 99,4% no 2º grau e 96,4% no global.

Por fim, destacaram-se os bons números de conciliação atingidos na Meta 3 (estimular a conciliação) pelo Regional, com percentuais que superaram os 47% nos três períodos analisados. Recebeu referência, ainda, o trabalho desenvolvido pelos Cejuscs - com percentuais acima de 50% na solução consensual de processos.



Ministra corregedora aprecia o acervo do Memorial da Justiça do Trabalho de PE

Núcleos de Justiça 4.0

Até o final da gestão 2023/2025, todas as determinações da ministra corregedora-geral, Dora Maria da Costa, foram observadas pelo Regional. A criação dos Núcleos de Justiça 4.0 é o exemplo mais bem-sucedido de uma ação implementada a partir de determinações constantes na ata da correição nacional de 2023. Criados pelo TRT-6 em junho de 2023, os Núcleos apoiam as unidades judiciais de primeiro grau, melhorando a performance e o número de sentenças, cálculos e audiências realizadas.

A medida inédita viabilizou a instituição de unidades autônomas para apoiar o 1º Grau de jurisdição, nas áreas de realização de audiências, elaboração de cálculos e prolação de sentenças, despachos e decisões. Os núcleos foram idealizados de acordo com as diretrizes da Resolução 385/2021 do Conselho Nacional de Justiça. O atendimento das partes e das advogadas e dos advogados ocorre por meio do “Balcão Virtual”.

Correição Nacional 2024

Entre os dias 4 e 8 de novembro de 2024, o Tribunal voltou a abrir suas portas para receber a equipe

do ministro-corregedor do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. Uma intensa semana de atividades incluiu avaliações, visitas a diversas unidades do Tribunal, além de movimentada agenda de reuniões e encontros com autoridades locais. A exemplo de sua antecessora, a ministra Dora Maria da Costa, o corregedor nacional teve a oportunidade de pessoalmente visitar, dentre outros locais, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputa do Recife, o Centro de Conciliação do 2º Grau, a Secretaria de Polícia Judicial, a Central de Atendimento das Varas do Trabalho do Recife, e, no bairro do Espinheiro, a Escola Judicial e o Memorial da JT em Pernambuco.

Projetos sociais

Projetos desenvolvidos pelo TRT-6 nas áreas social e de inovação também foram apresentados ao ministro corregedor-geral. Vieira de Mello Filho conheceu o Programa de Aprendizagem do Regional, por meio das aprendizes Jéssica Marques e Elis Regina, jovens com Síndrome de Down, que integram, respectivamente, as equipes da Comunicação Social e da Vice-Presidência. Também conheceu o projeto “Inclusão e Proteção

no Trabalho Pesqueiro”, desenvolvido pela Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, em parceria com as Colônias de Pescadores de Pernambuco.

O ministro recebeu uma camisa e o cordel “A Linguagem Simples na Justiça do Trabalho: A linguagem da justiça sem pantim nem arrodeio”, que tem como base o Pacto pela Linguagem Simples do Conselho Nacional de Justiça e objetiva ter redações mais simples em toda comunicação do Judiciário. O servidor da Coordenadoria de Comunicação Social Eugenio Jerônimo declamou um trecho da obra e arrancou aplausos e elogios do corregedor e de sua equipe.

Esta última iniciativa proporcionou ao TRT-6 o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Linguagem Simples 2024. Um total de 750 projetos concorreram ao prêmio. Destes, 60 foram classificados e 48 receberam a certificação em Brasília, no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 16 de outubro de 2024. O TRT-6 foi o único Tribunal pernambucano e um dos 10 tribunais trabalhistas do país a obter a premiação.

Leitura da Ata

O ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho conduziu, em 8 de novembro, a sessão de leitura da ata de correição. Na lotada Sala de Sessões do Tribunal Pleno, voltaram a merecer elogios da Corregedoria Nacional da JT o desempenho e algumas iniciativas do TRT-6. O primeiro elogio foi para a recente implantação da Central de Atendimento das Varas do Trabalho do Recife, encurtando o tempo de atendimento das demandas.

Outro destaque apontado foi a implantação das Secretarias Conjuntas de Caruaru, o que diminuiu os prazos de tramitação dos processos, demonstrando ser uma prática exitosa que merece ser replicada. Igualmente, foram destacados os projetos Maré Segura, voltado à proteção das marisqueiras do Recife, da publicação do Cordel Linguagem Simples na Justiça do Trabalho, que traz entendimento de termos jurídicos de forma coloquial, e da Central de Audiências Iniciais – iniciativa da Corregedoria do Regional.

O Programa de Aprendizagem também foi evidenciado, contemplando atenção ao desenvolvimento de competências e profissionalização, por disponibilizar vagas para pessoas com Síndrome de Down e para jovens oriundos de casa de acolhimento, com medidas socioeducativas, constituindo-se numa prática humanizada e cidadã, segundo o relatório. Foi destacada, ainda, a excelente atuação da Comissão de Segurança Institucional e da Polícia Judicial do TRT-6, com adequados equipamentos, instalações e compromisso com o constante aperfeiçoamento dos agentes.

No documento oficial, o ministro-corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Luiz Philippe Vieira de Mello, parabenizou juízas e juízes de primeiro grau que contribuíram para os bons índices de conciliação alcançados em 2023 e 2024, através de acordos, maiores que os percentuais da média nacional. No âmbito do 2º Grau, foi constatado, com relação a distribuição, a restituição com visto do relator, a distribuição até o julgamento do recurso e a distribuição até a baixa do recurso, nos anos de 2023 e 2024, que o TRT-6 ficou em segundo lugar quan-



Integrantes do Tribunal Pleno, procuradora-chefe do MPT-PE e presidente da Amatra6, posam ao lado do ministro Luiz Philippe Vieira de Mello

do comparado com os tribunais congêneres, o que gerou elogios do ministro às desembargadoras e desembargadores. Também foi elogiado o desempenho do Tribunal no cumprimento de todas as metas nacionais do CNJ estabelecidas para a Justiça do Trabalho, bem como o rígido cumprimento das metas, com desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que auxiliam no controle.

Com relação à conciliação, o documento constatou que o TRT-6 apresentou índices robustos como, por exemplo, em 2024, expressivos 69%, superando os percentuais de tribunais de médio porte e a média nacional.

Também houve elogios em relação à dedicação e ao comprometimento de magistrados e servidores que atuam nos Centros de Conciliação, ressaltando que o bom desempenho se deve à estrutura adequada e valorização das equipes, além de iniciativas como o I Encontro Regional Nordeste de Nupemecs e Cejuscs e as campanhas Elas em Pauta e Café com Cejuscs.

Alto da Mina

Quanto à Escola Judicial, a correição destacou o constante aprimoramento e ampla oferta de cursos, com resultados extremamente positivos revelados pelas estatísticas levantadas. O documento registrou, por fim, agradecimentos do ministro pela acolhida por ocasião da visita à Escola Judicial. Na ocasião, a equipe do ministro conheceu e apreciou a apresentação dos jovens da Orquestra de Câmara Alto da Mina. Nas palavras do ministro-corregedor, o evento cultural representou a exata medida do protagonismo do TRT-6 no campo das ações inclusivas, demonstrando que a Escola é uma verdadeira instituição que inspira e motiva, merecedora de intensa congratulação.

Dentre as determinações da correição nacional de 2024, o TRT-6 de imediato se empenhou e viabilizou, a partir de 3 fevereiro de 2025, audiências presenciais nas Varas do Trabalho do Recife também no período da tarde. Para cumprir a medida, foi publicado o Ato Conjunto da Presidência, da Vice-Presidência e da Corregedoria nº 14/2024.

Inovações no TRT-6: gestão 2023/2025 amplia uso de tecnologia e a inclusão digital



Integrantes do Liods e laboratoristas em um dos eventos realizados no biênio

No biênio 2023-2025, a gestão da desembargadora-presidente, Nise Pedroso, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, deu ênfase a ações de inovação e na utilização de novas tecnologias para modernizar a administração e ampliar o acesso à Justiça. A inovação foi uma das marcas da gestão, com a criação de divisões e ações estratégicas que não só otimizaram os processos internos, mas também ampliaram a presença digital do TRT-6 em todo o estado de Pernambuco.

A criação da Divisão de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Dipt) e da Divisão de Inovação (Dinov) para compor o Liods/TRT-6 foi uma das iniciativas nesse sentido. Essas divisões, criadas em 2023, receberam liberdade para trabalhar em projetos inovadores, além de selecionar áreas e temas de atuação. A Dinov, por exemplo, contribuiu no desenvolvimento de diversas iniciativas para integrar a tecnologia ao processo judicial de forma eficiente e acessível.

Entre os projetos de destaque, está o Mapa do Absenteísmo, um projeto que utiliza mineração de dados para analisar informações do Sigs e do Sigep, visando entender melhor as causas de adoecimento que acomete os/as servidores/as do Tribunal. A iniciativa foi inscrita no Primeiro Prêmio de Inovação do Judiciário, conquistando o quarto lugar na categoria Gestão Judicial Inovadora.

Outra iniciativa da área foi o evento EITA! 2024 - Encontro

de Inovação, Transformação e Atitude, que reuniu representantes de diversos órgãos da Justiça para uma imersão em Design Thinking e inovação. O evento foi uma verdadeira plataforma de troca de ideias, com a participação do MPT-PE, OAB/PE, TJPE e outros, promovendo a melhoria de processos internos e proporcionando ganhos de produtividade para advogados/as, procuradores/as e servidores/as.

Já na área de inovações tecnológicas, o Robô AI-R2 foi implementado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), em parceria com o Liods/TRT-6. Com o objetivo de automatizar procedimentos, como intimações e remessa de processos ao TST, a ferramenta trouxe ganhos expressivos de eficiência. De outubro de 2023 até maio de 2024, o robô já havia realizado mais de 2.890 notificações de Agravos de Instrumento, economizando 32 dias úteis de trabalho humano. Segundo Alessandro Alcides de Souza, diretor de TIC do TRT-6, “a automação não visa substituir o humano, mas melhorar a qualidade de vida dos servi-

dores e magistrados, facilitando tarefas repetitivas”.

Mais um facilitador implementado para agilizar a vida de quem lida com a Justiça do Trabalho foi o Sistema de Pesquisa de Jurisprudência. Disponibilizado pela Secretaria-Geral Judiciária do TRT-6, por intermédio da Divisão de Gestão Negocial dos Sistemas (PJe-JT/e-Gestão), o programa possui diversos filtros de busca de processos, tais como: Órgão Julgador, Magistrado, Classe Judicial, Assunto, Data, Tipo de Documento, entre outros.

Capacitação e Participação em Eventos

A gestão também investiu fortemente em capacitação em inovação. Foi realizado um curso de formação na área para servidores/as e magistrados/as, com a participação de instrutores/as renomados/as dos TRTs da 13ª e 9ª Regiões. O treinamento foi aberto a membros/as de outros tribunais e Ministério Público, com a ideia de promover uma integração entre as diversas entidades do sistema judiciário.

Além disso, o TRT-6 esteve presente em eventos nacionais, como o Convergência, em São Luiz, e o FestLabs, no Rio de Janeiro, sempre buscando estar alinhado às melhores práticas e tendências de inovação no Judiciário. A participação nessas conferências trouxe novas ideias e práticas, que foram inclusive implementadas no Tribunal Trabalhista pernambucano.

Modernização das Salas

As salas do Pleno, das Turmas e o auditório da Escola Judicial passaram por modernização durante a gestão 2023/2025. Os itens de tecnologia usados foram substituídos por um conjunto de solução integrada de armazenamento, transmissão e automação unificados. Foram instalados aparelhos e *softwares* atualizados de projeção, sonorização e iluminação, e também de painéis multimídia de alta tecnologia. Além das sessões de julgamento, esses espaços são utilizados para eventos institucionais como palestras, encontros e solenidades. Assim, as mudanças garantiram um melhor funcionamento desses espaços, aumentando a qualidade de áudio, vídeo e gravações, o que proporcionou mais conforto, economia de recursos e segurança nas transmissões.

A gestão deixou sua marca com uma atuação inovadora e estratégica, com foco na tecnologia, inclusão digital e melhorias na prestação jurisdicional. O TRT-6 avançou na modernização de seus processos e na ampliação do acesso à Justiça, garantindo que a inovação estivesse no centro de suas ações para oferecer um serviço cada vez mais eficiente e acessível à população pernambucana.



Modernização da Sala do Pleno

Instituição é exemplo de equidade de gênero

Em 2023, foi criado o Subcomitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

As atribuições do grupo envolvem promover o equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres nas unidades administrativas e judiciárias do Regional, inclusive em relação à paridade de gênero nos cargos gerenciais. Além disso, o subcomitê também tem a competência de desenvolver ações contra assédio, violência e discriminação da mulher no ambiente de trabalho.

Os dados do relatório Justiça em Números 2023 - levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça - mostraram que o percentual de participação feminina na magistratura do TRT-6 era o terceiro maior do país: 55%, enquanto a média nacional

era de apenas 38% (considerando tribunais estaduais, federais, do trabalho, eleitorais, militares e superiores).

“Estamos comprometidos em criar um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo para todas as mulheres do TRT-6. Somos o Tribunal com uma das maiores taxas de participação feminina, o que é motivo de orgulho para nós.”

Desembargadora Nise Pedroso
presidente do biênio 2023/2025

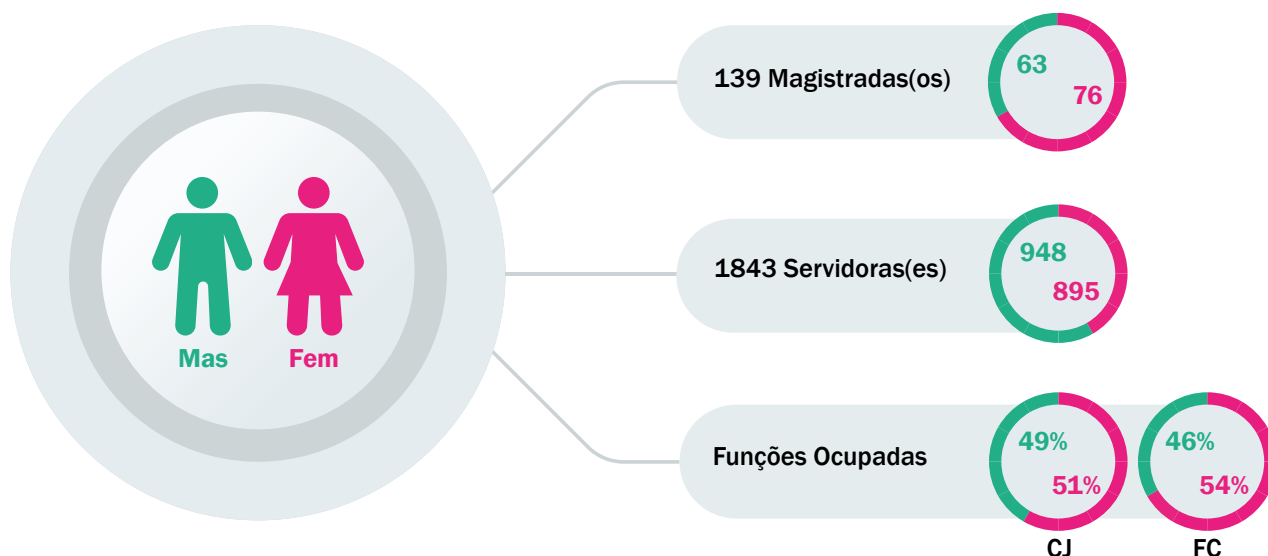
E mais, na Justiça do Trabalho pernambucana, elas são maioria também quando o assunto é o percentual de servidoras com cargo de confiança ou função comissionada, ocupando 53% das vagas.

Esses dados estão disponíveis em um painel de acompanhamento que fica no site do Tribunal

- www.trt6.jus.br - no banner intitulado de “Mulheres e Homens no TRT-6”. No mesmo sítio eletrônico, há o Repositório On-line de Mulheres Juristas, um espaço para dar visibilidade às expertises de profissionais femininas em diferentes áreas do Direito. A ideia da iniciativa é auxiliar na ampliação de convites para que elas participem de eventos institucionais, citações em obras jurídicas e comissões de concurso e bancas examinadoras.

Terceirizadas

Em 2023, o TRT-6 realizou a contratação das três primeiras motoristas do Regional, um ano depois, o número dobrou, passando para seis mulheres. Cabe destacar que também há terceirizadas para atividades nas áreas de tecnologia da informação, segurança, limpeza e manutenção.



Trabalho seguro, estímulo à aprendizagem e erradicação do trabalho infantil

Combater o trabalho infantil e estimular ações para a promoção do trabalho seguro e de estímulos à aprendizagem. No biênio 2023/2025, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região reforçou seu engajamento, abraçando estas causas e participando das campanhas e ações coordenadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No início de 2023, o Pleno do TRT-6 definiu os novos gestores dos Programas de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem e do Trabalho Seguro. Os desembargadores Virgínio Henriques de Sá e Benedito e Fábio Farias assumiram,

respectivamente, os cargos de gestor e de gerente regional do Programa Trabalho Seguro, e a juíza Sarah Yolanda, o cargo de gestora-substituta. Na linha de frente de Combate ao Trabalho Infantil, a missão foi entregue às magistradas do Trabalho Maria Odete Freire e Mariana Millet.

No curto período de dois anos, o TRT-6 apoiou as principais iniciativas nacionais, promovendo em Pernambuco diversos eventos, ações e parcerias para ambos os programas.

De olho na Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, em 2023 foram realizados os seguintes eventos: palestra “Aten-

ção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS” (abril); presença na mídia: faixa do Trabalho Seguro afixada no Centro de Treinamento do Sport Club do Recife (Abril Verde); palestra “As diversas formas de violências psíquicas no trabalho: estratégias de suporte ao trabalhador” (maio); Seminário Internacional Luso-brasileiro, que abordou o tema “Os efeitos da era digital nas relações humanas” (julho); Seminário “Trabalho Decente: dignidade, segurança e proteção”, que foi transmitido ao vivo no canal do TRT-6 no YouTube (outubro).

Entrega Segura

Em setembro de 2023, também mereceu destaque a pioneira ação de conscientização “Entrega Segura”, campanha voltada a trabalhadores/as de entregas por aplicativos.

A iniciativa foi promovida pelo Grupo Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da 6ª Região (Getrin6) e pela gestora suplente do Programa Trabalho Seguro, juíza Sarah Yolanda Alves. A magistrada planejou e, pessoalmente, realizou blitze educativas em dois hubs (centros de retiradas de pedidos) instalados próximos aos *shoppings* RioMar e Patteo Olinda. Nas



Faixas do Trabalho Seguro marcam presença nos principais clubes de Pernambuco

visitas, além das informações, entregadores/as receberam kit contendo camisa com proteção UV, boné e *squeeze*.

Também houve exibição de vídeo temático, produzido especialmente para a ação, com orientações sobre prevenção de acidentes laborais.

Encontro Regional

Nas ações promovidas ao longo de 2024, outra iniciativa de destaque foi a realização do 1º Encontro de Programas do Trabalho Seguro dos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Nordeste, evento realizado em agosto, no auditório da Escola Judicial do TRT-6.

O ministro do TST, coordenador nacional do Programa Trabalho Seguro, Alberto Bastos Balazeiro, fez a palestra de abertura, com o título “O uso de agrotóxicos por dispersão aérea na agricultura e fruticultura e sua correlação com doenças do trabalho”.

Além de gestores/as regionais, participaram do evento o público interno e especialistas da área, que compuseram e participaram de mesas e painéis ofertados ao longo de um dia inteiro de programação. No final do encontro, foi aprovada e lida a Carta do Nordeste.

Combate do Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem

À frente das campanhas, ações e iniciativas voltadas à luta pela erradicação do trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, as magistradas do Trabalho Maria Odete Freire de Araújo e Juliana Millet promoveram e participaram, ao longo da gestão 2023/2025, de palestras, deba-



Trabalho Seguro: juíza Sarah Yolanda orienta trabalhadores de entregas por aplicativos



Mesa de abertura do 1º Encontro de Programas do Trabalho Seguro dos TRTs da Região Nordeste contou com a presença do ministro do TST Alberto Bastos Balazeiro

tes, encontros, também abrindo as portas do Tribunal para visitas de alunos/as de variadas instituições da região.

Mereceu destaque a palestra “Exploração do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil”, realizada em junho de 2024, na Sala da Turmas. Na ocasião, alunos do 8º ano do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco ouviram a professora Sandra Suely Moreira Martins Lurine Guimarães, doutora pelo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, e a advogada e mestranda em Direito (UFPA) Alana dos Santos, que, num depoimento emocionado, contou sua história de superação, iniciada ainda quando criança como ribeirinha do longínquo Igarapé-Miri do Pará. Na palestra, falou da sua luta para superar a exploração como trabalhadora doméstica até conseguir libertar-se por intermédio da educação.

**Se você já foi vítima ou presenciou
situações de assédio no TRT-6**

DENUNCIE!



Acesse o QR Code
e saiba mais



Atuação social do TRT-6 muda realidades



Campanha Agosto Lilás

A missão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região é realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Porém a instituição atua de uma maneira ainda mais ampla no campo social, buscando influenciar no progresso em áreas além daquelas relacionadas às relações trabalhistas.

Proteção e apoio

O Tribunal mantém uma preocupação constante com o enfrentamento da violência doméstica, de modo tal que, frequentemente, realiza palestras e outras formas de orientação sobre esse assunto. Durante o biênio 2023-2025, criou o Programa Estamos Todas Juntas, que dá assistência a magistradas, servidoras, estagiárias,

colaboradoras e jovens aprendizes do Tribunal que são vítimas desse tipo de agressão.

As mulheres do TRT-6 podem ter acesso a serviços institucionais de assistência social, psicologia e medicina, bem como receber orientações de como denunciar o/a agressor/a e como pedir medidas protetivas. Também será analisada a possibilidade de remoção ou concessão de trabalho remoto para a vítima, com a finalidade de facilitar que ela mantenha distância de quem a coloca em risco.

A Polícia Judicial e a Divisão de Saúde do Tribunal são as unidades que oferecem o acolhimento inicial, priorizando que o atendimento seja com uma servidora e sempre garantindo a confidencialidade das informações.

Esses setores também promovem ações educativas. A Polícia Judicial realiza oficinas de defesa pessoal para mulheres, já a Seção de Serviço Social, que integra a Divisão de Saúde, organiza palestras e materiais informativos para instruir sobre os tipos de violência doméstica - física, psicológica, patrimonial, sexual e moral - e como procurar ajuda.

Apoio às pernambucanas

As ações de enfrentamento da violência doméstica junto ao público interno do Tribunal são de grande importância, tanto porque conseguem oferecer apoio direto a um grande número de mulheres, como porque, ao instruir essa parcela da população, fortalece-se a causa - mais pessoas conseguirão identificar relações abusivas, mais pessoas conseguirão dar apoio a vítimas e mais pessoas deixarão de ser omissas quando testemunharem agressões.



Conheça o Programa Estamos Todas Juntas



Oficina Maré Segura: Proteção e Direitos das Marisqueiras

Mas o papel do TRT-6 em relação a esse tema vai além: o Regional se associou à Secretaria da Mulher de Pernambuco para reforçar a luta. Em 2024, concluiu um termo de cooperação pelo qual se compromete a contratar mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, assegurando que 5% das vagas dos contratos de terceirização do Tribunal sejam ocupadas por mulheres atendidas pelos programas de acolhimento da SecMulher.

No mesmo ano, realizou a doação de 50 computadores, uma impressora, mesas, cadeiras, armários e um veículo às ações sociais vinculadas à pasta da Secretaria. Os bens estavam obsoletos na instituição, mas ainda estavam em boa conservação.

Marisqueiras

A “Oficina Maré Segura: Proteção e Direitos das Marisqueiras” foi coordenada pela Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclu-

são do TRT-6 e aconteceu em novembro de 2024. O projeto levou informações sobre direitos das mulheres, violência doméstica, assédio e orientações posturais para as trabalhadoras associadas à Colônia de Pescadores Z1, no Pina. Também houve a distribuição de equipamentos de proteção individual, como protetores solares, camisas com proteção UV e bonés de proteção, e se esclareceram questões sobre o direito previdenciário da categoria.

Situação de rua

Alinhado à Resolução CSJT nº 325/2022, o TRT da 6ª Região criou sua Comissão para Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, que executa ações de cidadania para esse segmento da população.

Um grupo de voluntários e voluntárias do Tribunal colabora semanalmente para distribuir café da manhã e organizar banhos para pessoas em situação de rua.

A iniciativa é feita em parceria com o Projeto Casa Vincular, que fica no Derby (Recife-PE).

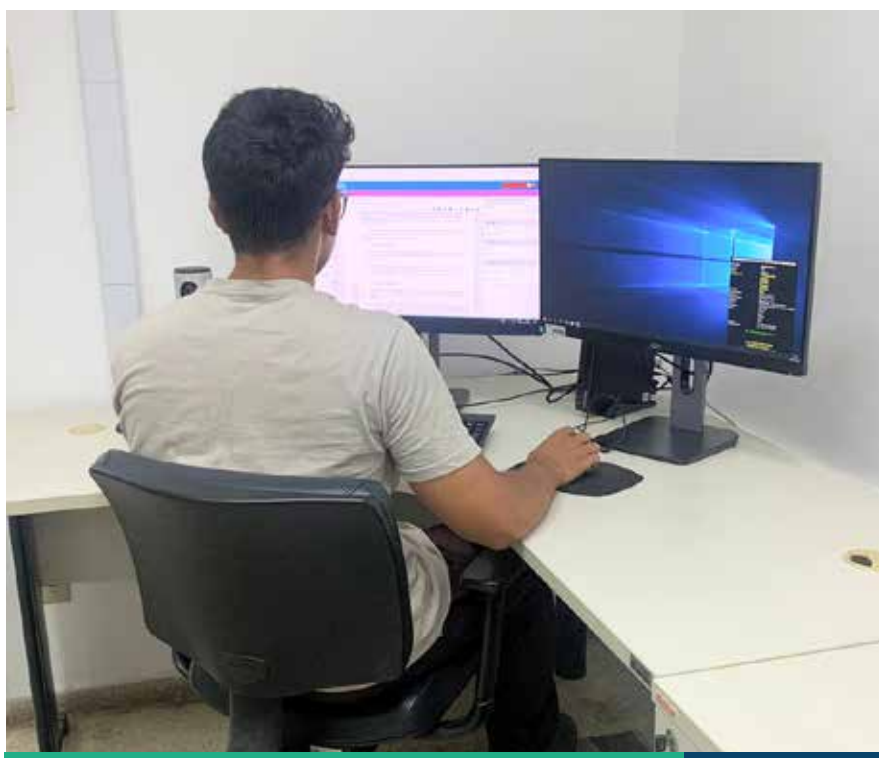
Também é possível contribuir com doações de materiais de higiene (toalhas de banho, sabonete líquido, colônia, desodorante, xampu e condicionador) e alimentos (leite em pó, café, fubá, sardinha e extrato de tomate). O ponto de coleta fica no quarto andar do edifício anexo do TRT-6, no Bairro do Recife.

No QR Code é possível fazer o cadastro no Banco de Voluntários/Voluntárias do TRT-6 para integrar o projeto.



Cadastre-se no Banco de Voluntários/Voluntárias do TRT-6

Inclusão Digital amplia acesso à Justiça do Trabalho em Pernambuco



Pontos de Inclusão Digital (Pids), um marco que trouxe acessibilidade a milhares de cidadãos e cidadãs de localidades remotas em Pernambuco

A democratização do acesso à Justiça por meio de ações inovadoras, com ênfase na inclusão digital, também esteve entre as prioridades da gestão do biênio 2023/2025. Uma dessas iniciativas foi a instalação de Pontos de Inclusão Digital (Pids), um marco que trouxe acessibilidade a milhares de cidadãos e cidadãs de localidades remotas em Pernambuco.

Os Pids são espaços equipados com recursos tecnológicos —

computadores, câmeras, microfones e internet — que possibilitam a prática de atos processuais de forma virtual e segura. O objetivo é atender pessoas que enfrentam barreiras para acessar a Justiça devido à falta de equipamentos ou conhecimentos técnicos.

Desde sua criação em 2023, esses pontos foram distribuídos estrategicamente em 12 municípios, com prioridade para localidades distantes das sedes dos tribunais e sem unidades judiciárias.

A iniciativa é fruto de uma articulação interinstitucional, envolvendo o TRT-6, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o Tribunal de Justiça de Pernambuco e os Ministérios Públicos do Trabalho e Federal. Esse esforço conjunto, formalizado por um termo de cooperação judiciária, demonstra a relevância da integração entre diferentes órgãos para potencializar serviços à população.

Os Pontos de Inclusão Digital oferecem serviços como consulta processual, agendamento de audiências, participação em audiências telepresenciais e acesso ao Balcão Virtual, ferramenta de atendimento direto que permite a resolução de demandas sem a necessidade

“Nosso compromisso é aproximar a Justiça da população, eliminando barreiras e promovendo igualdade de acesso, independentemente da localização geográfica ou das condições tecnológicas dos cidadãos.”

A presidente **Nise Pedrosa** destacou a importância do projeto

de deslocamento. Além disso, esses espaços contribuem para a inclusão da população no ambiente digital, reduzindo desigualdades e promovendo cidadania.

Os Pids estão localizados em cidades como Sertânia, Floresta, o arquipélago de Fernando de Noronha e outros municípios do interior pernambucano. Eles operam em horários flexíveis para atender às necessidades locais, sendo uma referência para o uso de tecnologia no acesso ao Poder Judiciário. A implantação e ampliação dos Pids no biênio 2023/2025 simboliza uma gestão inovadora e comprometida com a inclusão digital, representando

um legado transformador para o Tribunal e a população pernambucana.

“Consulta Cidadão” explica o andamento de processos de forma simples

Ainda durante a gestão da presidente Nise Pedroso, o TRT da 6ª Região aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e realizou várias ações para tornar sua comunicação acessível para todo mundo. O serviço “Consulta Cidadão” é uma dessas iniciativas. Por meio da ferramenta, quem tem um processo na Justiça do Trabalho de Pernambuco consegue expli-

cações rápidas e fáceis de entender sobre o andamento da ação.

O sistema faz uma espécie de tradução dos termos jurídicos que não costumam fazer parte do vocabulário do dia a dia das pessoas. Além de saber como está seu processo, é possível ainda acessar o telefone, endereço e e-mail da vara do trabalho onde se pode buscar mais informações sobre o caso.

Em outubro de 2024, iniciativas para promover a linguagem acessível como essa fizeram o TRT pernambucano ganhar reconhecimento nacional, tendo recebido o Selo Linguagem Simples 2024, do Conselho Nacional de Justiça.



A implementação de projetos como os Pontos de Inclusão Digital e o serviço Consulta Cidadão evidenciam o compromisso em aproximar a Justiça do Trabalho da população, garantindo igualdade de acesso e promovendo a cidadania. Ao investir em tecnologia, inclusão digital e linguagem acessível, a gestão do biênio 2023/2025 consolidou um legado de inovação e responsabilidade social, reafirmando o papel da Justiça como instrumento de transformação e redução das desigualdades em Pernambuco.



Acesse a ferramenta Consulta Cidadão

Rede de Cooperação agiliza atuação do TRT-6



A presidente do STF, ministra Rosa Weber, e a governadora Raquel Lyra, na solenidade que instituiu a Rede de Cooperação do CNJ em Pernambuco. A des. Nise Pedroso representou o TRT-6

Sob a liderança da desembargadora Nise Pedroso, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) no biênio 2023-2025, foram implementadas avançadas iniciativas voltadas para a modernização e a agilidade na prestação jurisdicional.

A criação de uma Rede de Cooperação Judiciária, em observância à recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um dos destaques desse período. Esse mecanismo visa aumentar a fluidez das comunicações entre órgãos internos e externos do Poder Judiciário e simplificar rotinas procedimentais, fomentando uma

gestão participativa de magistrados/as de todas as instâncias. Iniciado o biênio, os integrantes do Tribunal Pleno aprovaram os nomes para compor o Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT-6.

A missão foi entregue ao desembargador corregedor Fábio André de Farias e às juízas auxiliares Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro (Presidência) e Renata Conceição Nóbrega Santos (Corregedoria). A iniciativa refletiu o compromisso do Tribunal em integrar a atuação judiciária, fortalecendo a colaboração entre os diversos ramos do Judiciário e promovendo soluções mais rápi-

das e eficazes para as demandas da sociedade.

Instalação de Pontos de Inclusão Digital

Em julho de 2023, o TRT-6, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), firmou um termo de cooperação para a implantação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs).

Esses espaços, equipados com computadores, câmeras e acesso à internet,

permitem a prática de atos processuais e atendimentos virtuais, atendendo especialmente populações de pequenos municípios ou áreas remotas.

Em sua fala durante a assinatura do termo, a presidente do TRT-6, desembargadora Nise Pedroso, destacou:

“ O objetivo dos PIDs é aproximar o cidadão da Justiça, encurtando distâncias e permitindo a participação em atos processuais com a estrutura adequada. ”



PIDs em Pernambuco



Inicialmente, sete municípios foram contemplados, como Sertânia, Floresta e Fernando de Noronha. Em 2024, outros cinco pontos foram inaugurados, ampliando o alcance do projeto

Cooperação Técnica

Outros avanços no período incluíram acordos de cooperação técnica com a Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e a Procuradoria Regional da União da 5ª Região. Essas parcerias buscam soluções conciliatórias para conflitos trabalhistas, além de promover a desjudicialização e a celeridade processual. Como resultado, o TRT-6 tem consolidado sua imagem como uma instituição inovadora e comprometida com a eficiência e o acesso à justiça.



Adriana Satou, juíza auxiliar da Presidência, assinando um dos acordos

Impactos nos resultados

Desde sua implementação, a Rede de Cooperação trouxe resultados expressivos. Um dos destaques foi a redução do tempo de tramitação dos processos, que diminuiu em média 20%. Além disso, houve um aumento significativo no número de acordos celebrados, reflexo direto da atuação conjunta e proativa das equipes.

Outro impacto relevante foi a melhoria no índice de satisfação dos jurisdicionados. Pesquisas realizadas apontaram que 85% dos usuários dos serviços do TRT-6 passaram a considerar o atendimento mais eficiente e a solução das demandas mais ágil.

Inovação e tecnologia

A Rede também contou com o suporte de ferramentas tecnológicas para potencializar sua eficiência. Sistemas de gestão integrada foram desenvolvidos para otimizar a comunicação entre as unidades e monitorar o progres-

so das atividades. Além disso, foram realizadas capacitações para que os servidores pudessem utilizar plenamente essas soluções. A presença da tecnologia também se fez sentir na implementação de audiências virtuais colaborativas, que permitiram maior agilidade e flexibilidade na resolução de conflitos.

Um legado para o futuro

A Rede de Cooperação, idealizada e implementada sob a liderança da desembargadora Nise Pedroso, consolida-se como um marco na gestão do TRT-6. Além de aprimorar a eficiência do Tribunal no curto prazo, a iniciativa deixa um legado importante de inovação e colaboração para as futuras gestões.

Com resultados concretos e impacto positivo no atendimento à população, a Rede reflete o compromisso da direção do órgão em entregar uma Justiça do Trabalho mais ágil, eficiente e acessível para todos.

Confira os principais Termos e Acordos firmados no biênio 2023/2025

1. Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A.
2. Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal
3. Acordo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Regional da União da 5ª Região
4. Termo de Cooperação Judiciária entre o TRT-6, TJPE, TRF-5
5. Acordo de Cooperação Técnica firmado com o CSJT e MPT
6. Acordo de Cooperação Técnica firmado com o TRT-23 e TRT-9
7. Acordo de Cooperação Técnica com o TRT-11, TRT-14, TRT-19, TRT-23, TRT-2, TRT-3, TRT-4, TRT-5, TRT-8, TRT-15 e TRT-24
8. Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre CNJ, STJ, TST, CJF e CSJT
9. Acordo de Cooperação Técnica e Administrativa firmado com o MPT-PE
10. Termo de Cooperação Técnica firmado com o TRT-8
11. Termo de Cooperação firmado com o MPT, MPPE, PRPE, TJPE, TRF5, TRE-PE, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco
12. Termo de Cooperação Técnica sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos
13. Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CSJT e AGU
14. Acordo de Cooperação Técnica e Administrativa firmado TRF5, a Justiça Federal em Pernambuco, TRE-PE e TJPE
15. Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Procuradoria-Geral do Município de Jaboatão dos Guararapes
16. Acordo de Cooperação Técnica com a Petrobrás
17. Nota de Cooperação Técnica firmado com a Justiça Federal em Pernambuco
18. Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Justiça Federal em Pernambuco; Primeiro termo aditivo do acordo de cooperação; Segundo termo aditivo do acordo de cooperação; Nota técnica
19. Aditivo de Termo de Cooperação Judiciária com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Justiça Federal em Pernambuco, Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Tribunal de Justiça de Pernambuco, visando à facilitação do acesso à justiça por meio da disponibilização de salas nos Fóruns das Comarcas do Poder Judiciário e nas Casas de Justiça e Cidadania, para instalação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs)
20. Termo de Cooperação Técnica entre a Corregedoria do TRT-6 e a Corregedoria do TRT-15
21. Termo de Cooperação Técnica entre TRT-6 e Universidade Católica de Pernambuco (Centro de Mediação - Escola do Consenso)

Gestão estratégica permite o alcance de metas e prêmios pelo TRT-6

A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) tem como objetivo auxiliar as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no desenvolvimento de atividades de planejamento e gestão.

As metas do TRT-6 se entrelaçam com as do Judiciário nacional e, diante disso, cabe evidenciar que o Regional Trabalhista de Pernambuco conquistou o Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade por dois anos consecutivos: 2023 e 2024. A premiação do Conselho Nacional de Justiça avalia todos os Tribunais do Poder Judiciário brasileiro em relação à gestão administrativa e judiciária, bem como à transparência das informações. Saiba mais na página 12.



Diretora Luciana Hazin

“Recebemos um desafio neste biênio e trabalhamos muito para o alcance dos resultados. Foi incrível observar a evolução e o aprimoramento do Tribunal ao longo desses dois anos”

Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica durante o biênio 2023/2025
Luciana Hazin

A Secretaria é quem comanda a elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico, documento que é feito com duração de seis anos, recebendo atualizações eventuais para se adequar a novas realidades que surjam no decorrer do tempo.

A partir dele são construídos projetos estratégicos, com prazos, previsões de custo e outras métricas para pavimentar o avanço do Tribunal rumo ao alcance de suas metas. Há uma variedade de projetos, que envolvem diferentes setores do Tribunal. A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica é responsável por realizar o acompanhamento de cada um

deles, garantindo que estejam em harmonia com os objetivos da instituição. Confira alguns desses projetos desenvolvidos entre 2023 e 2025:

Incentivo à utilização da Linguagem Simples

Alinhado ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e seguindo as orientações da Recomendação 144/2023 do CNJ, o TRT de Pernambuco realizou diversas iniciativas para incentivar a construção de uma comunicação acessível, direta e compreensível na produção de decisões judiciais, documentos e comunicações com a sociedade. A Escola Judicial pro-

moveu capacitações ao longo de 2024 e a Coordenadoria de Comunicação Social produziu vídeos, notícias, campanhas e cordéis com este enfoque.

Como resultado dessa busca pela linguagem simples, por exemplo, várias sentenças passaram a ser publicadas com um resumo que explica diretamente, mesmo para quem não tenha conhecimento jurídico, o que foi decidido sobre direitos e obrigações das pessoas envolvidas no processo.

Essas iniciativas do TRT-6 ganharam destaque na imprensa local e receberam o prêmio Selo Linguagem Simples 2024 do CNJ. Saiba mais na página 13.

Combate ao assédio moral

Em 2023 e 2024, o TRT-6 fez robusta campanha para orientar como identificar situações de assédio e como acessar canais de denúncia dessa forma de abuso, além de indicar boas práticas para evitar que tal violência aconteça em ambiente de trabalho.

Essas iniciativas foram direcionadas tanto ao público externo, buscando sensibilizar e conscientizar a sociedade em geral, quanto ao público interno, promovendo um ambiente laboral mais saudável, respeitoso e seguro para pessoas do quadro funcional ou terceirizadas.

Sempre importante dizer que a Secretaria de Gestão de Pessoas - (81) 3225-3350, a Seção de Saúde Mental - (81) 3225-3496 / (81) 3225-3497, a Seção de Serviço Social - (81) 3225-3403 e o Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio e Discriminação são espaços de acolhimento para quem sofreu



Servidor do TRT-6 Eugenio Jerônimo foi o autor do cordel A Linguagem Simples na Justiça do Trabalho: A linguagem da justiça sem pantim nem arrodeio

assédio dentro do TRT-6. As pessoas são ouvidas e orientadas por profissionais que resguardam o sigilo. Além disso, a Ouvidoria do

Tribunal possui um canal exclusivo de e-mail para receber denúncias desse tipo: ouvidoria.assedio@trt6.jus.br.



Magistradas, servidores, servidoras, terceirizados e terceirizadas integram o Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio e Discriminação do TRT-6



Programa de Integridade

O TRT-6 editou, em 2024, sua Política de Integridade, que busca estabelecer medidas de prevenção, detecção, punição e remediação de eventos relacionados à fraude e à corrupção. Também revisou seu Código de Ética, com as normas de conduta esperadas de todos e todas que atuam no Tribunal e promoveu campanha para divulgar os dois documentos.



Painéis de Gestão de Dados Inteligentes (BI)

A Secretaria também foi responsável pela criação e aprimoramento de diversos painéis de dados para suporte à gestão processual pelas unidades judiciárias com o novo Observatório.

Diná

Em 2024, o Tribunal criou uma ferramenta de inteligência artificial que faz uma análise preditiva dos processos, para avaliar a probabilidade de cada um deles chegar a receber a interposição de recurso de revista. Isso possibilita uma antecipação das demandas complexas, com uma atuação direcionada para os processos que, pelas suas características, demandam mais recursos do Poder Judiciário.



Acesse o vídeo explicando o funcionamento da AI Diná

Confira outros projetos estratégicos

Robô AI-R2

O objetivo é tornar mais eficiente e célere a tramitação do agravo de instrumento em recurso de revista na Vice-Presidência e na Divisão de Recursos do TRT-6, com automação de etapas dentro do PJe. Mais informações sobre esse projeto na página 26.

Prevenção do trabalho infantil

O TRT-6 realizou ações para combater o trabalho infantil e dar apoio ao desenvolvimento de aprendizagem como forma de prevenção. Foram estabelecidas parcerias com instituições que têm a mesma missão, para fomentar ações de impacto. Mais informações sobre essas ações na página 50.

Conscientização e Combate à Violência contra a Mulher

Foram desenvolvidas ações de prevenção e medidas de segurança voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra magistradas, servidoras, colaboradoras, estagiárias e jovens aprendizes. Mais informações sobre essas iniciativas na página 31.

Fomento e Promoção da Solidariedade no Tribunal

O Regional desenvolveu ações para estabelecer uma cultura de solidariedade entre os/as magistrados/as e servidores/as de maneira a manter um fluxo permanente de auxílio para o trabalho voluntário e doações às organizações que amparam e auxiliam cidadãos/cidadãs em estado de vulnerabilidade social. Mais informações na página 31.

Ampliação dos Pontos de Inclusão Digital

Foram implantados com o objetivo de maximizar o acesso à Justiça do Trabalho e a realização de atos processuais de forma virtual nos municípios que não sejam sede de unidade judiciária, conforme Recomendação CNJ 130/2022. Saiba mais na página 33.

Implantação dos Núcleos de Justiça 4.0

Criados para estabelecer mecanismos que ampliem o acesso à Justiça e celeridade de maneira prática, inovadora e digital. Leia mais na página 19.

Semana da Servidora e do Servidor

A iniciativa tem o objetivo de motivar e integrar a força de trabalho do TRT-6, a fim de promover ambiente laboral propício ao desenvolvimento pleno das atividades, projetos e processos organizacionais. Mais informações sobre essa iniciativa na página 44.

Oficina Maré Segura: Proteção e Direitos das Marisqueiras

A ação busca disseminar informações sobre direitos das mulheres, violência doméstica, assédio e orientações sobre saúde postural, cuidados com a exposição solar e distribuição de EPI para as trabalhadoras associadas à Colônia de Pescadores Z1, no Pina. Saiba mais na página 32.

A atuação da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica contribui para o fortalecimento da administração pública voltada à eficiência, inovação e bem-estar social. Ela atua na implantação dos mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão em busca da excelência na prestação dos serviços.

Na liderança há um direcionamento, um alinhamento entre as demandas provenientes das instân-

cias externas de governança (CNJ, CSJT e TCU, por exemplo) e os resultados institucionais almejados pelo TRT-6. Na estratégia, busca-se avaliar cenários, o ambiente, o desempenho institucional e resultados atuais e os desejáveis no futuro. No controle se tem o monitoramento de resultados, mensuração do desempenho, cumprimento de políticas e planos.

A SEGGEST está estruturada de forma sistêmica para a materiali-

zação de cada mecanismo e cada função já mencionada. As atividades do setor permitem uma definição clara dos objetivos de longo prazo do Tribunal e dos planos para alcançá-los.

Isso inclui a avaliação das forças e fraquezas internas e a adaptação a novas oportunidades ou ameaças, além da formalização de indicadores e metas para que diferentes gestões mantenham a estabilidade e evolução da instituição.

Contribuindo para o desenvolvimento e valorização do quadro funcional



Equipe da SGEP: profissionalismo, ética e respeito à diversidade

O desenvolvimento de competências profissionais, a promoção do bem-estar e a valorização dos que integram o TRT-6 pautaram a atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas no biênio, que atingiu a excelência nos serviços prestados, através de valores como profissionalismo, inovação, acessibilidade, ética e respeito à diversidade. Com o propósito de conduzir essa política de recursos humanos no Tribunal, a SGEP contou com o apoio das suas unidades subordinadas,

que desenvolveram, nesses dois anos, várias ações para alcançar os objetivos institucionais.

Entre as principais iniciativas: o Processo de Seleção Simplificada, que promoveu maior transparência no preenchimento das lotações, ao mapear vagas disponíveis nas unidades e divulgá-las na intranet; o Guia de Comunicação Inclusiva, com orientações para o uso da linguagem adequada

nas comunicações nos setores, favorecendo um ambiente mais igualitário, de acolhimento e respeito; o Mapeamento de Ocupações Críticas, voltado ao levantamento e classificação de cargos para subsidiar o Plano de Sucessão Organizacional; e as Pesquisas de Clima Organizacional, com diagnósticos que possibilitaram o planejamento de melhorias, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro.

Merece destaque a criação de diversas plataformas interativas de *Business Intelligence*, para coleta, análise e monitoramento de informações, a exemplo do Painel Clima Organizacional, interface que facilita a visualização e evolução dos resultados de pesquisa sobre o tema; do Painel Progressão e Promoção, que possibilita a consulta das situações de carreira de servidoras e servidores; e o

Painel de Gênero, plataforma que registra o quantitativo feminino e masculino dos que integram a instituição.

Outro foco da SGEp, no período, foi o Programa de Gestão por Competências, que passou por aprimoramentos. O Progecom foi desenvolvido pelo TRT-6 e adotado pelo CSJT como padrão para os 24 Regionais, com a finalidade de desen-

volver conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para desempenho de atividades. Um dos submódulos que sofreu atualizações foi o Banco de Talentos, com modernização que corrigiu falhas de segurança e aprimorou a interface. Esse repositório de informações auxilia nas seleções internas, ao trazer dados sobre áreas de interesse da pessoa, certificações e habilidades comportamentais.

Medalhas

Como forma de valorização de seu pessoal, o TRT-6 condecorou magistradas, magistrados, servidoras e servidores com a **Medalha Juiz Eurico de Castro Chaves**, categoria Mérito Funcional, concedida aos que prestaram, no mínimo, 25 anos de serviço ao Tribunal. Em 2023 e 2024, a cerimônia de entrega da honraria aconteceu no histórico Teatro de Santa Isabel, reunindo integrantes do mundo jurídico, político e empresarial.

Nos eventos, também foram homenageadas personalidades e instituições com a **Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira**, categoria Mérito Judiciário, concedida aos que colaboraram com relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Novos magistrados e servidores

Durante o biênio, o Regional ampliou o número de integrantes do quadro funcional. No 1º Grau, por meio do processo de remoção, o Tribunal recebeu 10 novas juízas substitutas e 11 novos juízes substitutos, aprovados no II Procedimento Unificado de Remoção. E, na 2ª Instância, uma magistrada e três magistrados titulares foram promovidos. Carmen Lúcia Vieira e Virgínio Henriques de Sá e Benevides passaram a compor o Pleno, em 2023. E em 2024, os juízes Fernando Cabral e Edmilson Alves tornaram-se desembargadores. Assim, o Tribunal passou a contar com 152 magistrados, sendo 19 desembargadores, 69 juízes titulares e 64 substitutos.

Em relação aos servidores, ocorreram 155 posses no biênio, referente ao concurso de 2018. Foram convocados sete analistas da área judiciária e quatro da área administrativa, um de estatística, dois para medicina e seis de tecnologia da informação, além de cinco oficiais de justiça, 11 agentes de polícia judicial e 119 técnicos administrativos. Os novos servidores passaram por ambientação promovida pela Sgep, onde foram repassadas informações para uma rápida adaptação ao novo cargo.

Concurso

Após esgotar a lista do último certame, em 2024, o TRT-6 decidiu realizar **novo concurso para servidores**. O Edital 1/2024 foi lançado com inscrições para analista judiciário, nas áreas judiciária, administrativa, medicina do trabalho e tecnologia da informação; oficial de justiça, agente da Polícia Judicial e técnico judiciário, área administrativa, sendo todos os casos para cadastro de reserva. Além da ampla concorrência, também foram destinadas cotas para negros (20%) e indígenas (3%). As provas aconteceram em fevereiro de 2025.



Semana da Servidora e do Servidor

Para reconhecer a importância dos que fazem o TRT-6, proporcionar interação e fortalecer os vínculos pessoais, a Sgep promoveu, em 2023, uma semana inteira dedicada a atividades no sentido de valorizar a força de trabalho. O evento contou com uma série de ações, incluindo *workshops*, práticas esportivas e apresentação de talentos no projeto “Tem Arte”. A segunda edição, em 2024, teve adesão ainda maior. Em cinco dias de programação, houve palestras, show de mágica para crianças, apresentação de DJ, exposições de pinturas/fotos, performances artísticas no Tem Arte e caminhada Arte e Cultura, pelos teatros do Recife.

Programas de Aprendizagem e de Estágio

Seguindo as diretrizes da política de inclusão, o **Programa de Aprendizagem** abriu 20 vagas para aprendizes, no biênio, as quais foram preenchidas por integrantes da Orquestra de Câmara do Alto da Mina, das Comunidades do Pilar e da Vila Santa Luzia, por jovens em cumprimento de medida socioeducativa e, pela primeira vez, por uma quilombola. O Programa contratou, ainda, aprendizes com Síndrome de *Down*, o que rendeu uma reportagem na TV Globo. E como reconhecimento por empregar jovens em situação de vulnerabilidade social, em 2024, o Programa foi homenageado com o “Selo Empresa Comprometida Aprendizagem Com.Direitos”, concedido pelo Instituto Aliança, e o Certificado Empresas Parceiras, pela Escola Dom Bosco.

Já o **Programa de Estágio** realizou processo seletivo, no biênio, para nível superior, com cotas destinadas também a pessoas com deficiência, negros e egressos de escola pública. Foram publicados 19 avisos de convocação, com 103 ingressos de candidatos dos cursos como Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Design Gráfico, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Estatística, Gestão Ambiental e História. Atualmente, o Programa conta com 69 estagiários no quadro, atuando nas varas trabalhistas e unidades administrativas.



Aprendiz da Comunicação Social do TRT-6 Jéssica Marques em entrevista à TV Globo

Com esse conjunto de políticas, métodos e práticas, a Sgep propicia condições para que o quadro funcional da instituição possa desenvolver plenamente suas atividades, favorecendo as relações interpessoais com vistas ao alcance efetivo dos objetivos institucionais. O diretor da Sgep,

Henrique Lins, destaca que a Sgep alcançou resultados significativos ao longo do biênio, graças ao empenho da equipe. “Tivemos a preocupação de implementar processos mais dinâmicos e céleres com o intuito de tornar a unidade ainda mais eficiente. E tudo só foi possível por conta da dedicação

de cada um e de cada uma que compõem a Secretaria. A gestão dessa equipe foi uma experiência enriquecedora, uma vez que nos deparamos com pessoas que imprimem em cada parágrafo, em cada lançamento, em cada escuta, a marca de um conhecimento que ultrapassa gerações”.

TRT6 Saúde avança na promoção de bem-estar e atenção primária à saúde



Visita à Clínica de Atenção Primária à Saúde do TRT6 Saúde

No biênio 2023/2025, sob a gestão da desembargadora Nise Pedroso como presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o Programa de Autogestão em Saúde do TRT-6 destacou-se por iniciativas que promoveram a prevenção e a atenção integral aos seus beneficiários e beneficiárias. Dentre elas, a inauguração da Clínica de Atenção Primária à Saúde (APS), que trouxe um novo conceito de cuidado continuado e humanizado.

A clínica, localizada na Ilha do Leite, Recife, representa um avanço no modelo de atenção à saúde, com foco na prevenção e no acompanhamento multidisciplinar. Sem cobrança de co-participação, o espaço oferece consultas presenciais e por te-

leatendimento, com suporte 24 horas. Por meio de uma parceria com a empresa Qualirede, beneficiários/as têm acesso a um atendimento que integra diagnóstico, tratamento e promoção de saúde. “Isto não é apenas um novo espaço, é um novo conceito”, enfatizou o desembargador Eduardo Pugliesi, membro do Conselho Deliberativo do TRT6 Saúde.

Além da clínica, o Podcast Momento Saúde, produzido pela Secretaria de Autogestão em Saúde, consolidou-se como um canal de informações para beneficiar o público do plano. Com temas como saúde mental, alimentação saudável e a importância do médico de família, os episódios são uma extensão das ações promo-

vidas pela clínica, incentivando práticas preventivas.

Eventos e debates em destaque

A troca de experiências e o debate sobre saúde suplementar foram amplamente fomentados. Entre os eventos realizados, o II Seminário Pernambucano das Autogestões em Saúde, em agosto de 2023, destacou práticas inovadoras no setor. Já o I Encontro de Autogestões em Saúde da Justiça do Trabalho, realizado em março de 2024, reuniu representantes de diversos tribunais para discutir a sustentabilidade e governança dos programas de autogestão.

Avanços e celebrações

No período, o TRT6 Saúde também celebrou seus cinco anos de existência. Criado em 2019 com 2.766 beneficiários/as, o plano alcançou 4.243 participantes em 2024. O crescimento reflete o compromisso do Tribunal em oferecer um serviço de excelência para magistrados/as, servidores/as, aposentados/as, pensionistas e seus/suas dependentes. Por meio de ações concretas e inovadoras, a gestão da desembargadora presidente Nise Pedroso reafirma o compromisso com a saúde e o bem-estar, promovendo um ambiente mais saudável e participativo para todos/as os/as envolvidos/as.

Integridade humana e patrimonial preservadas com excelência no TRT-6



Equipe da SPJ: referência em segurança institucional

A segurança institucional, atividade essencial no TRT-6, promove condições de proteção humana e patrimonial, possibilitando à Justiça Trabalhista o pleno exercício de suas atribuições. Desenvolvida pela Secretaria da Polícia Judicial (SPJ), essa tarefa envolve controle de acesso, monitoramento das instalações e policiamento preventivo e ostensivo.

A atuação da SPJ, no biênio 2023/2025, assumiu uma responsabilidade ainda maior, pois a presi-

dente do Regional, desembargadora Nise Pedrosa, foi eleita coordenadora da Comissão de Segurança Institucional do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs, sendo a primeira mulher a assumir esse cargo.

À frente da Comissão, a magistrada participou de vários eventos nacionais relacionados ao tema, a exemplo do “2º Encontro da Segurança Institucional dos TRTs”, no Rio de Janeiro. Nessas ocasiões, a dirigen-

te estava sempre acompanhada do presidente do Comitê de Segurança Institucional do TRT-6, desembargador Paulo Alcantara, que também esteve em diversos outros eventos da área, como na “Feira Laad Security & Defense”. Inclusive, em 2024, o magistrado foi indicado pelo CNJ para integrar a coordenação do Grupo de Trabalho para Doutrina Técnico-Operacional da Polícia Judicial, sendo o único membro da Justiça Trabalhista nacional no GT.

Capacitação Constante

Objetivando a prestação de serviço cada vez melhor, a equipe de policiais judiciais participou de inúmeros cursos que impactaram positivamente as operações, como os treinamentos: “Manutenção Avançada em Arma de Fogo”, na PMPE; “Proteção de Autoridades”, na Polícia do Exército; e “Defesa Pessoal Krav Maga”, no TRF-5. Além dessas participações, a Secretaria também elaborou suas próprias capacitações, a exemplo da instrução de “Defesa pessoal para mulheres”, no seu Centro de Operações, da palestra sobre “Fraudes pela internet”, durante a Semana da Servidora e do Servidor, e do “Curso para Formação de Gestores de Segurança Institucional”, em 2024. Nesse último, os alunos receberam a visita do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Vieira de Mello, que estava no Recife para inspeção no TRT-6. O ministro elogiou a atuação do Comitê de Segurança e da Polícia Judicial, pelos equipamentos, instalações e compromisso com o constante aperfeiçoamento.

Segundo o diretor da SPJ, Rodrigo Hazin, no biênio, a Polícia Judicial seguiu um processo de efetiva profissionalização, investindo em capacitação e alcançando destaque nacional, ao promover eventos para troca de experiências enriquecedoras com outras instituições. Nessa linha, em 2023, o TRT-6 sediou, durante dois dias, o Encontro Nacional de Presidentes e Coordenadores de Comissões de Segurança Institucional de Tribunais Regionais, reunindo autoridades da Justiça do Trabalho ligadas à área. Com o objetivo de discutir aspectos de cooperação na área de inteligência, o evento foi organizado pelo Comitê de Segurança Institucional do Regional.

Cultura de Segurança

A Secretaria atuou, ainda, para consolidar a cultura de segurança entre o corpo funcional, ao reforçar o uso obrigatório do crachá para entrada e circulação nas dependências do órgão, através de campanha interna. E com o aumento do fluxo de pessoas, devido às audiências das varas da capital, que passaram a ser realizadas na sede do TRT-6, a Polícia Judicial intensificou o controle de acesso do público, com realização de cadastro, crachá de visitante e passagem pelo detector de metais.

Para condicionar o comportamento de prevenção, publicações internas e um espaço fixo na Intranet trouxeram orientações práticas, através do Dicas de Segurança, abordando temas como procedimentos em acidentes viários, como se comportar em vias alagadas e atenção ao golpe do falso sequestro. Também foi disponibilizado o Botão de Pânico, mecanismo que permite o rápido acionamento de agentes, em casos urgentes, bastando a pessoa efetuar dois cliques no ícone da aplicação instalado no computador, e uma equipe de policiais se desloca, imediatamente, para atender a ocorrência.

Além disso, como forma de divulgação interorganizacional, a SPJ produziu um vídeo que mostra a atuação operacional da Polícia Judicial, ressaltando aspectos como controle de acesso, segurança preventiva, escolta de autoridades, capacitação e monitoramento de ambientes. Com produção da FWA ProAudiovisual, o vídeo pode ser acessado pela página do TRT-6 no YouTube (www.youtube.com/@TRT6PE/videos).

Atuando externamente, a Polícia Judicial reforçou a segurança do TRF-5, durante as sessões da reintegração de posse do território indígena Xukuru, ajudando a garantir a tranquilidade do julgamento. E, também, prestou apoio tático a um grupo do CNJ, em Maceió, que investigava a extração do sal-gema pela Braskem naquele município, garantindo a segurança da comitiva.

Com essas iniciativas, estrutura adequada, equipamentos modernos e capacitação constante, a Polícia Judicial do TRT-6 mantém seu padrão de qualidade em segurança, garantindo, com excelência, a integridade física do corpo funcional e preservação do patrimônio institucional.



Monitoramento eletrônico 24 horas das instalações e áreas adjacentes

TRT-6 e instituições parceiras articulados no combate ao tráfico de pessoas

Segundo Relatório do Ministério da Justiça, em Pernambuco, de 2012 a 2022, foram registradas mais de 100 denúncias de tráfico de pessoas, a maioria envolvendo crianças e adolescentes. Preocupado com esse cenário, o TRT-6 instituiu o Programa Regional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do(a) Migrante, coordenado pelo desembargador Paulo Alcantara e pelo juiz Ibrahim Alves, que vem promovendo ações voltadas para o combate ao problema no estado.

As atividades do Programa são realizadas pelo Grupo de Trabalho de Formação e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Pernambuco, criado em 2023. O GT é composto pelo TRT-6, TJPE, MPT-PE, MPF, MPPE, Freedom Fund, Heal Trafficking, Exodus Road, Governo do Estado, GTP+, Gestos, UFPE, Unicap, OIM, Coletivo Mulher Vida, Prefeitura do Recife, Defensoria Pública da União, Grecia, Cáritas Brasileira e Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo.

Em 2023, ações de combate ao tráfico de pessoas incluíram a realização da *live* “Juntos Contra o Trabalho Escravo Contemporâneo”, o lançamento do cordel sobre a história de Pureza Lopes, símbolo no combate à escravidão moderna no Brasil; a iluminação da fachada da sede do Tribunal,



Juiz Ibrahim Alves e desembargador Paulo Alcantara, gestores regionais

para celebrar o Dia Mundial de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (30 de julho); e a promoção do “II Workshop Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, com palestras e lançamento de *podcast* sobre tráfico humano.

O Regional também foi palco do evento em alusão ao Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças (23 de setembro), com o lançamento do “Guia para desenvolver uma resposta às vítimas do tráfico de pessoas em ambientes de assistência à saúde”, obra da ONG Heal Trafficking. Ainda em 2023, o Tribunal virou cenário para as filmagens de um curso, que aborda o tráfico de pessoas,

gravado em qualidade 4K. E no final daquele ano, o GT conseguiu restabelecer o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Governo estadual, que estava suspenso desde 2012.

Direcionado a representantes de diversas instituições do Brasil e dos Estados Unidos que estão envolvidas no combate a esse tipo de crime, o GT organizou o “II Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, no auditório do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No evento, a presidente do TRT-6, desembargadora Nise Pedroso, registrou a urgência de se combater essa chaga social: “Esse fenômeno, tão

problemático em nossa sociedade, compromete a dignidade, a liberdade e os direitos fundamentais de milhões de indivíduos”.

No período, o GT de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas iniciou o desenho do Fluxo de atendimento e assistência às vítimas locais do tráfico de pessoas. A discussão incluiu como definir atribuições das instituições da rede de enfrentamento, conhecer boas práticas nacionais relacionadas ao tema e identificar atores governamentais e da sociedade civil envolvidos na causa. O documento final deverá ser concretizado em 2025.

Encerrando as atividades do ano, foram promovidos dois eventos, contemplados com subsídios nacionais em edital do Tribunal Superior do Trabalho. O seminário “Tráfico de pessoas e a exploração do trabalho em condições análogas à de escravo” foi realizado em Santa Cruz do Capibaribe, importante polo econômico do estado. E, para marcar o Dia Internacional Contra a Violência sobre Trabalhadores do Sexo (17 de dezembro), o “Seminário Empreendedorismo para Transsexuais e Profissionais do

Sexo no Século XXI” ocorreu no Recife, com o objetivo de mostrar alternativas que podem ser agregadas à atividade.

Com todas essas iniciativas, o TRT-6 despertou a atenção de organismos internacionais que vieram conhecer de perto o trabalho desenvolvido. No biênio, o Tribunal recebeu a visita de representantes do Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos EUA, do Programa Anti-Tráfico da Embaixada dos EUA no Brasil e do Programa de Erradicação da Escravidão Moderna dos EUA. Além deles, também vieram conhecer o programa comitativas do Consulado Americano em Pernambuco, do Departamento de Segurança Interna dos EUA e da The Exodus Road.

Envolvido com a temática desde 2021, quando foi designado para integrar o Comitê Estadual Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do CNJ, o desembargador Paulo Alcantara virou nome de referência na causa.

Na ocasião do I Simpósio sobre Tráfico de Pessoas, da Unicap, o magistrado foi homenageado por suas iniciativas. Ele salientou que a vulnerabilidade social e a falta de informação são graves fatores de risco para o tráfico humano. “Saber que pessoas ainda são negociadas, me incomoda. Por isso, vamos trabalhar duro para mudar esse cenário. Espero que continuemos essa cooperação em rede, pois, ao olharmos para os lados, percebemos que estamos bem acompanhados das instituições parceiras e aptos para dedicarmos mais ao combate”, ressaltou.

Disque 100

É possível fazer denúncias relativas a violações de Direitos Humanos, incluindo tráfico de pessoas e trabalho escravo, basta digitar 100. O serviço funciona 24 horas, todos os dias, e a ligação, gratuita, pode ser feita de qualquer telefone fixo ou móvel.



Coração Azul: símbolo mundial de combate ao tráfico de pessoas

Regional pernambucano se mantém atuante no combate ao trabalho infantil



Alunas e alunos do Liceu assistem a palestra sobre danos do trabalho infantil

Durante o biênio 2023/2025, a nova coordenação do Programa usou a estratégia de aproveitar bem as datas simbólicas da luta contra o trabalho infantil, com o objetivo de despertar a população para a gravidade do problema e a urgência de acabar com a exploração da mão de obra de crianças.

Também intensificou ações cooperativas com entidades que tratam da questão, a exemplo da OAB, universidades e Ministério Público do Trabalho. As novas gestoras do Programa, as juízas Maria Odete Freire de Araújo (coordenadora) e Mariana de Carva-

lho Milet (coordenadora substituta), foram escolhidas pelo TRT-6 em fevereiro de 2023.

Para marcar o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, o Programa promoveu atividades tanto em 2023, quanto em 2024. No primeiro ano, organizou a roda de debate “A Exploração do Trabalho Infantil e os Seus Reflexos”. A iniciativa, que aconteceu em 12/6, teve como atração o documentário *Filhas de Criação*, dirigido por Aldemir Barros, que esteve presente, ao lado de Ângela Maria, uma das “filhas de criação” que inspirou a obra.

Já no ano de 2024, a data foi assinalada com a palestra “Enfrentamento ao Trabalho Infantil”, realizada no dia 19/6. A conferência foi ministrada pelas professoras Alana dos Santos Moreira e Sandra Suely Guimarães, da Universidade Federal do Pará e integrantes da Clínica de Trabalho Escravo desse estado.

O Programa realizou ainda, em 2023, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18/5), a palestra “O Perigo do Uso das Redes Sociais por Crianças e Adolescentes”, em 18/5. Participou da 10ª Marcha Contra o Trabalho Infantil e da campanha Férias Sem Trabalho Infantil, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Durante o ano de 2024, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil fez também, em 9 de outubro, numa parceria com a OAB-PE, palestra para os/as adolescentes estudantes do Liceu Nóbrega de Artes e Ofícios. O TRT-6, representado pelo desembargador Paulo Alcantara, participou, no dia 2 de outubro, da 1ª reunião do Conselho de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife.

Memorial da Justiça do Trabalho: guardião do patrimônio e elo entre o passado e o futuro



Estudantes realizam visita ao acervo do Memorial

O Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco, unidade vinculada à Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, tem se destacado nos últimos anos como um espaço de preservação da história e valorização da memória institucional.

Em 2023 e 2024, entre as ações realizadas, destacam-se a conservação preventiva de acervos, a disponibilização de processos judiciais históricos digitalizados em plataforma de difusão e a participação em programas e eventos de abrangência nacional, que reforçam o compromisso com a preservação do pa-

trimônio histórico e cultural do TRT-6. Nesses dois anos, o Memorial recebeu 1.065 visitantes, entre estudantes de diversas áreas, servidoras, servidores, magistradas, magistrados e o público em geral.

Além das turmas agendadas, as visitas ocorreram em eventos como a Semana dos Museus, Semana dos Arquivos e a Primavera dos Museus, que ofereceram palestras, oficinas, exposições e rodas de conversa. Dessa forma, o espaço foi consolidado como uma ponte entre o conhecimento histórico e a sociedade, estimulando a compreensão sobre a JT.

O Memorial também realizou um trabalho essencial de preservação de seu acervo histórico dos processos judiciais físicos, fotografias e microfilmes. Foram realizados procedimentos como higienização e arquivamento de documentos em materiais apropriados, garantindo sua integridade física.

Esse esforço resultou na disponibilização de 1.315 documentos permanentes digitalizados na plataforma Atom, 697 dissídios coletivos e 618 dissídios individuais, permitindo o acesso remoto ao público interessado, como pesquisadores.

Mestrado profissional, número de eventos e integração entre arte e ensino marcam biênio da Ejud-6

As atividades desenvolvidas pela Escola Judicial do TRT-6 (Ejud-6) durante o biênio 2023/2025 tiveram, entre suas marcas, a realização do “Mestrado Profissional em Políticas Públicas com ênfase em Poder Judiciário”, o significativo número de eventos promovidos (787) e a sintonia entre formações institucionais e manifestações artísticas. Quanto à infraestrutura, a Ejud-6 fez a reforma no auditório principal, “Desembargadora Socorro Emerenciano”, que passou a contar com instalações e equipamentos mais modernos.

Destacado pelo diretor da Ejud-6, desembargador Eduardo Puglie-

si, como iniciativa de vanguarda, o “Mestrado Profissional em Políticas Públicas com ênfase em Poder Judiciário” começou a dar os primeiros frutos a partir de outubro de 2024. Parceria da Escola Judicial do TRT-6 (Ejud-6) com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a pioneira iniciativa já teve dissertações - requisito para a conclusão do curso - apresentadas. As juízas Paloma Costa e Wiviane Souza, coordenadora da Ejud-6 tornaram-se as primeiras mestras formadas pelo mestrado profissional.

Paloma Costa defendeu o trabalho “Sem assistência, sem aces-

so à Justiça: um estudo sobre a assistência jurídica gratuita na Justiça do Trabalho”; já Wiviane Souza analisou a “Secretaria Conjunta na Justiça do Trabalho: uma análise da performance institucional de uma experiência inovadora”. O professor Sergio Torres Teixeira, desembargador vice-presidente do Regional, foi um dos avaliadores da banca que examinou esta última dissertação. Também já concluiu o mestrado o juiz Eduardo Brennand, com a dissertação “Quer conciliar? Uma análise da política pública de tratamento adequado de conflitos na Justiça do Trabalho.”



Juíza Wiviane Souza durante a defesa de sua dissertação do mestrado profissional

Mestrado

O curso selecionou 30 alunos/as integrantes do quadro de pessoal do TRT-6 (26 servidoras/es, 4 magistradas/os), ofereceu seis vagas para órgãos parceiros e foi organizado com uma carga horária de 390 horas-aula. Teve início em outubro de 2022, com prazo de 30 meses para conclusão. O mestrado faz parte do plano de capacitação da Ejud-6 e tem o objetivo de aprimorar a qualidade e a eficiência dos serviços do Tribunal entregues à sociedade, assim como de desenvolver as competências ocupacionais definidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

No ano de 2023, a Ejud-6 realizou 198 eventos, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, o que equivale a 2.355 horas de formação, atendendo no processo 112 magistrados/as e 1.441 servidores/ras.

Merecem ser destacados/as: 10ª e 11ª Jornadas Institucionais Ejud-6; 2º Congresso Internacional da Ejud-6; Mestrado Profissional em Políticas Públicas com ênfase em Poder Judiciário; Curso de Extensão em Ciências de Dados e Analytics, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE); Workshop Liderança e Gestão de Pessoas, Habilidades e Relacionamento Interpessoal - Fundação Dom Cabral; Curso “Prêmio CNJ de Qualidade - aspectos introdutórios, metodologias e estratégias”; Curso Compliance, Integridade e Combate à Corrupção; Cursos Técnicas Legislativas;

Projeto Escola Aberta; Cursos de Aperfeiçoamento e de Formação de Conciliadores e Mediadores; Curso Gerenciamento de Precedentes; Curso Uso de Redes Sociais pelos Membros do Poder Judiciário; Encontros de Diretores e Diretoras de Varas do Trabalho; Encontro de Assessores e Assessoras de Desembargador/a; Encontro de Oficiais e Oficiais de Justiça; duas turmas de Ambientação para novos servidores e servidoras do TRT-6; e 1º Congresso de Autogestão em Saúde.

Além desses eventos que sobressaíram, destacam-se ainda aqueles que abordaram projetos sociais e políticas afirmativas, como a abordagem do letramento racial e de gênero.

Com o intuito de melhorar a gestão do fluxo de suas atividades, a Escola passou a utilizar o Sistema de Gestão das Escolas Judiciais - SisEjud, ferramenta virtual que

realiza tarefas de gestão, acompanhamento e certificação das ações formativas promovidas.

Ainda em 2023, com o intuito de fortalecer a cultura pela busca constante da aprendizagem e fomentar o contínuo desenvolvimento do quadro funcional e da magistratura do Regional pernambucano, a Ejud-6 implementou a campanha “Valorização do Saber”.

A iniciativa premia uma pessoa do quadro de servidores/ras e outra da magistratura que contabilizem mais horas-aula durante os cursos da Escola Judicial. Os prêmios incluem inscrição e passagens de ida e volta para evento científico e/ou cultural, a se realizar em território nacional, além de diárias (limitadas a duas), ou inscrição em evento *on-line*, realizado por instituição nacional.



Diretor da Ejud-6, desembargador Eduardo Pugliesi, na abertura do ano letivo de 2024

Já em 2024, foram realizados 589 eventos - 172 presenciais/semi-presenciais e 417 em EaD - num total de 11.176 horas de formação, contemplando 128 magistrados/as e 1.124 servidores/as.

No ano destacaram-se os seguintes eventos: Lançamento da Revista “Escolas Judiciais Trabalhistas - Experiências e Boas Práticas”; 3º Congresso Internacional da Ejud-6: “Aspectos Relevantes Sobre Saúde Nas Múltiplas Dimensões do Trabalho”; 79º Conematra; Projeto “Ejud-6 e Cultura”; Simpósio Linguagem Simples no Poder Judiciário - “A Linguagem Simples no Poder Judiciário Como Instrumento de Acessibilidade e Cidadania”; 1º Colóquio Brasil-Itália de Direito do Trabalho: “A Evolução do Direito do Trabalho no Quadro da Transição Digital” - parceria com a Universidade Católica de Pernambuco; 1º Colóquio Luso-Brasileiro Sobre Prevenção e Repa-

ração de Acidentes de Trabalho - parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Lusófona (Lisboa); Diálogos Institucionais Ejud-6, Esmafe-5, TRT-6, TRF-5, MPT-PE, TJPE, AATP, OAB-PE, ANAMATRA, Secretaria da Mulher de PE; 12 e 13ª Jornadas Institucionais semestrais; Encontros anuais de Diretores(as) de Varas do Trabalho; Encontros anuais de Oficiais e Oficiais de Justiça; Encontros anuais de Assessores e Assessoras do 2º Grau; Cursos anuais de Formação de Assistente de Juiz(a); Cursos anuais de Formação de Conciliadores/as e Mediadores/as Judiciais da Ejud-6 - Prático e Teórico; Curso de Formação da Equipe Comitê de Assédio; Palestra: “Inserção de Pessoas Trans e Travestis no Mercado de Trabalho”; Curso “Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Permanências Históricas e a Construção de Políticas Públicas de Inclusão Social”; 1º Encontro Regional

Nordeste Nupemecs e Cejuscs; e 2º Congresso de Autogestão em Saúde.

Uma das novidades da atuação da Ejud-6 no biênio 2023/2025 foi a integração sistemática da arte com o conhecimento especializado. Dentre outros artistas, apresentaram-se na Escola os poetas Fabrício Carpinejar e Bráulio Bessa; as poetisas Dayane Rocha e Elenilda Amaral; a Orquestra de Câmara Alto da Mina e a banda Sa Grama; e Companhia Fianheiros de Teatro.

Infraestrutura

A Ejud-6 reformou o auditório principal da Escola Judicial do TRT-6, denominado “Desembarcadora Maria do Socorro Emericiano”. Com a reforma, o espaço passou a contar com um novo telão e equipamentos de som modernos.



Poeta Bráulio Bessa no encerramento do ano letivo de 2024

Concurso de servidores foi prioridade para a gestão

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região realizou, em fevereiro de 2025, concurso público para provimento de cargos de servidoras e servidores e formação de cadastro de reserva. No total, mais de 46 mil candidatos e candidatas se inscreveram para o certame, que teve a Fundação Carlos Chagas (FCC) como banca examinadora. A expectativa da gestão é que, com a lista de aprovados, seja possível chamar servidores e servidoras para ocupar os cargos vagos com mais rapidez.



Os cargos ofertados foram:

Analista Judiciário - Área Judiciária

Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Analista Judiciário - Área Administrativa

Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade
Medicina do Trabalho

Apoio Especializado - Especialidade Tecnologia da Informação

Técnico Judiciário - Área Administrativa

Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial



Destaque nas redes sociais e na mídia, TRT-6 se aproxima da sociedade

Ser elo entre a Justiça do Trabalho e a população. Esse é o papel da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que, diariamente, produz conteúdos para publicar em diversos canais. E o esforço tem valido a pena, uma vez que os números provam o aumento do alcance das informações na sociedade.

Em 2024, por exemplo, o Regional foi o sétimo no *ranking* de interações nas redes sociais entre os 24 TRTs do Brasil. O Social

Media Gov, plataforma de inteligência e *benchmarking* que monitora publicações de instituições públicas nas redes sociais, divulgou os dados em fevereiro. Ao todo, o TRT-6 teve 48.480 interações nas redes sociais (Instagram, YouTube e Facebook) administradas pela Coordenadoria de Comunicação Social. O foco dos esforços de interação com a sociedade é no Instagram, que já conta com 17,4 mil seguidores. E as ações têm dado resultado, visto que em 2020 eram somente 3 mil pessoas.

A coordenadora da unidade, Maria Eduarda Vaz, celebra os resultados. “Temos colhido bons frutos. Mas precisamos ir além. Cada vez mais, é preciso ter uma comunicação estratégica entre os principais objetivos do Tribunal. Esse é um compromisso que temos com a JT e a sociedade”, concluiu.

O reconhecimento da qualidade da nossa comunicação demonstra que o público recebe as informações sobre a atuação do Tribunal. Além disso, percebe



Equipe da Coordenadoria de Comunicação Social

seu comprometimento em realizar a entrega de prestação jurisdicional com presteza, seriedade e comprometimento, respondendo aos anseios e necessidades dos cidadãos, empresas e demais órgãos públicos de forma clara e objetiva.

Comunicação em números

As notícias publicadas na imprensa externa (jornais impressos, portais, rádio e televisão), cuja fonte foi o TRT-6, alcançaram cerca de 14 milhões de pessoas em todo o país entre setembro de 2023 e fevereiro de 2025. Essa divulgação foi gratuita, de interesse da sociedade e veiculada pelos veículos de comunicação de forma espontânea. Caso essa publicidade fosse paga pelo Tribunal, o valor total equivaleria a mais de R\$ 9 milhões.

Os assuntos de maior relevância no Instagram durante a gestão 2023/2024 foram o novo concurso do TRT-6, com 112.732 visualizações, 4.890 curtidas e 2.604 compartilhamentos, e as negociações envolvendo a greve dos rodoviários, com 27.601 visualizações, 1.045 curtidas e 369 compartilhamentos. O YouTube

do Regional, no qual estão os vídeos das transmissões das sessões do Tribunal Pleno e alguns eventos internos e externos, contou com cerca de 90 mil visualizações no período.

Linguagem Simples

Uma prática de grande relevância, foco de comunicação da CCS e do TRT-6 como um todo, foi o uso da Linguagem Simples nas decisões e comunicações. Alinhado ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e seguindo as orientações do Conselho Nacional de Justiça, o TRT-6 adotou um estilo mais acessível, direto e compreensível na produção de suas decisões judiciais, documentos e interações com a sociedade.

A ideia é incentivar a produção de informações claras, objetivas e inclusivas, através da linguagem simples em todos os atos administrativos e judiciais, contribuindo para uma mudança de cultura. Para isso, o TRT-6 promoveu ações como capacitações, cartilhas e modelos de decisões que disseminam a simplificação das comunicações e a interação mais acessível com o público. Um des-

taque foi a produção do cordel “A Linguagem Simples na Justiça do Trabalho: a linguagem da justiça sem pantim nem arrodeio”, obra de literatura popular com capa do artista J. Borges, sendo um de seus últimos trabalhos.

“A linguagem simples é de suma importância, porque ajuda no acesso à justiça e na diminuição dos impactos de uma segregação histórica que permeia o judiciário nessa interação com pessoas que não estão entrosadas na compreensão dessa difícil comunicação”, comentou a desembargadora Nise Pedroso, convidando todos e todas para o uso de palavras que sejam facilmente compreendidas.

Por suas atividades, o Tribunal recebeu o Selo Linguagem Simples 2024, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na cerimônia de entrega do prêmio, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o Pacto pela Linguagem Simples é um compromisso do Judiciário para abandonar a comunicação difícil, fechada. “O Judiciário precisa evitar o uso da língua como instrumento de exclusão”, defendeu o ministro.

CCS em números

48.480 interações
nas redes sociais em 2024

14 milhões de pessoas alcançadas pelas reportagens na imprensa entre setembro de 2023 e fevereiro de 2025

Caso essa publicidade fosse paga pelo Tribunal, o valor total equivaleria a mais de **R\$ 9 milhões**

17 mil seguidores no Instagram
90 mil visualizações no YouTube



TRT-6 dá passo importante rumo à autossuficiência em geração de energia

Em dezembro de 2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região assinou termo de compartilhamento de imóvel com a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. A partir do protocolo, o TRT-6 vai utilizar um terreno sob gestão do DNIT, para instalação de usina solar fotovoltaica. Localizada na cidade de Petrolina-PE, Sertão do São Francisco, região com alto índice de irradiação solar, a área tem a extensão de 10.080 m².

Quando estiver em pleno funcionamento, a usina vai gerar 1.600 *quilowatts* no pico de potência. Com esse número, somado à produção atual, que é de 52% do seu consumo, o TRT-6 vai garantir a autonomia de geração de energia. Com a iniciativa de produzir a própria energia que consome,

o Tribunal do Trabalho cumpre duas metas importantes: economiza recursos públicos, uma vez que as despesas com iluminação caem sensivelmente; e colabora com o meio ambiente, visto que se trata de matriz solar, uma energia limpa.

A comparação das despesas do Regional com as faturas de luz de 2020 (ano anterior à implantação do projeto de geração de energia solar) com as faturas de 2024 (quando o Tribunal registra uma produção de 52% da energia que consome) dá bem a medida de redução de valores. Em 2020, o gasto com energia foi de R\$ 2.671.665,76, contra R\$ 2.034.776,64, o que significa uma diminuição de R\$ 636.889,12, ou 23,84%. Para compreensão dos números aci-

ma é preciso considerar duas variáveis. Uma é a diminuição do consumo nos anos da pandemia da Covid-19, iniciada em 2020; outra, o reajuste das tarifas elétricas. De qualquer maneira, o Tribunal conseguiu economizar uma cifra relevante, o que quer dizer otimizar orçamento público e respeitar os impostos pagos pela sociedade brasileira.

Histórico

Implantado em 2021, o projeto de energia solar recebeu investimentos de R\$ 1.637.601,39 na gestão da desembargadora Nise Pedroso (2023-2025). Foram instaladas células para captação de energia nos fóruns do Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Goiana, Olinda, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada e Palmares.



Células de captação de energia solar no Fórum de Olinda



OUVIDORIA DO TRT-6

A Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) é um serviço oferecido ao cidadão e à cidadã para receber solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de simplificação, visando ao aprimoramento das atividades jurisdicionais.

Teleouvidoria

0800-000-1133 (serviço gratuito)

Telefones fixos

(81) 3225-3210 / (81) 3225-3211
(81) 3225-3213

Celular/WhatsApp

(81) 9.9196-4815



TRT-6ª REGIÃO
Pernambuco



Acesse o nosso
portal através
do QR Code abaixo



@trt6pe